

discutindo a história

a revolução chinesa

A China contemporânea
Trajetória de uma revolução
Para onde vai o socialismo na China

holien gonçalves bezerra



Digitalização: Argo



www.portaldocriador.org

**Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, Brasil)**

Bezerra, Holien Gonçalves, 1937-
B469r A revolução chinesa : a China contemporânea : trajetória de uma
3. ed. revolução : para onde vai o socialismo na China / Holien Gonçalves Bezerra.
— 3. ed. — São Paulo : Atual ; Campinas, SP : Editora da Universidade
Estadual de Campinas, 1986.

(Discutindo a história)

Bibliografia.

1. China - História - Intervenção estrangeira, 1857-1861 2. China -
História - 1949- 3. Socialismo - China I. Título. 11. Série.

CDD-951.e5

-335.4345

86-0737

-951.03

índices para catálogo sistemático:

1. China : Socialismo : Economia 335.4345
2. Dominação estrangeira, 1857-1861 : China : História 951.03
3. República Popular, 1949 : China : História 951.05
4. Revolução socialista : China : História 951.05
5. Socialismo chinês : Economia 335.4345

Obra em co-edição com a

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL D' (.MPINAS (UNICAMP)

Reitor: José Aristodemo Pinotti

CONSELHO EDITORIAL:

Amílcar Oscar Herrera / Aryon Dall' Igna Rodrigues (Presidente) / Dicesar Lass
Fernández / Fernando Galembeck / Hélio Waldman/ Humberto de Araújo Rangel /
Jaime Pinsky / Luiz Sebastião Prigenzi / Ubiiatan D' Ambrósio.

Diretor Executivo: Jaime Pinsky

Rua Cecílio Feltrin, 253

Cidade Universitária - Barão Geraldo

Fone: (0192) 39-1301 (ramais 2568, 2585)

13083 CAMPINAS-SP

discutindo
a história

a
revolução
chinesa

holien gonçalves bezerra

3.^a edição



coord.: jaime pinsky



Capa: Sylvio Ulhoa Cintra Filho

Mapas: Maria Azevedo

Impressão e Acabamento: Prol Gráfica Editora Ltda.

Copyright © Holien Gonçalves Bezerra

Todos os direitos reservados à
ATUAL EDITORA LTDA.
Rua José Antônio Coelho, 785
Fone: 575-1544
04011 — São Paulo — SP

LUYLUVM

468 10975 3

NOS PEDIDOS TELEGRÁFICOS BASTA CITAR O CÓDIGO ANCH 0111Z

sumário

Bate-papo com o Autor.	1
Introdução.....	4
1. A China Contemporânea: Consolidando o Socialismo.	6
2. As Humilhações de um Povo: Imperialismo Aportando na China	23
3. A Força do Povo: Camponeses na Linha de Frente	40
4. Trajetória de uma Revolução Socialista.	60
5. Para onde vai o Socialismo na China?.	76
Bibliografia.	84
Cronologia	86
Discutindo o Texto.	89

Paia:

Eneida, Márcia e Ricardo.

bate-papo com o autor



Holien Gonçalves Bezerra nasceu em 1937, em Novo Horizonte, Estado de São Paulo. Coursou História na Universidade de São Paulo e Filosofia na Universidade de Mogi das Cruzes. Tem bacharelado e licenciatura em Teologia e em História Eclesiástica, pela Faculdade de História da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Sua tese de doutoramento versa sobre as "Artimanhas da Dominação", onde são analisados os aspectos ideológicos da Revolução Constitucionalista de 1932.

Professor desde 1965, Holien leciona atualmente na PUC (Pontifícia Universidade Católica — SP). Para ele, lecionar é uma experiência extremamente enriquecedora, que faculta o crescimento tanto individual quanto social das pessoas. "Quando o professor não apenas transmite conhecimento, mas encara o aluno como uma pessoa repleta de expectativas, ele convive com o aluno. E nesta convivência ele transmite muito da sua personalidade." "É confortador", diz também Holien, "perceber quando e o quanto contribuímos para a construção da vida de nossos alunos. É confortador ser considerado não apenas como 'professor', mas como 'educador'."

O magistério é, no entender de Holien, uma forma de renovação constante, na medida em que as novas leituras, a troca de experiências com os colegas e o contato com os alunos propiciam formas de crescimento. Por isso, Holien inclui em seus planos para o futuro, continuar trabalhando na PUC.

Além de dar aulas, Holien gosta da paz no campo, do paciente trabalho da lavoura, do plantar e do colher. A madeira o fascina: "acho os diversos tipos de madeira uma das coisas mais bonitas que a natureza faz".

De suas frustrações, a maior é não poder contribuir em nada para acabar com a fome no mundo. "Acho um absurdo alguém passar fome! E, o que é pior, que as pessoas passem a considerar como normal, que outras pessoas não tenham o que comer."

A seguir, Holien responde a quatro questões ligadas ao presente texto:
P. Um quinto da população do nosso planeta concentra-se na China. Apesar disto, aquela nação não entra nos currículos escolares brasileiros. Como e por que você se interessou pelo tema?

R. É uma pena que a China não entre nos currículos. É uma história que coloca em evidência as potencialidades do gênio inventivo e filosófico de um povo, assim como as profundas contradições vivenciadas pela sociedade. Um povo que consegue colocar a nu a opressão estrangeira e a dominação interna e parte para uma reorganização completa da sociedade, merece ser conhecido e estudado. Foi por isso, também, que me interessei pela Revolução Chinesa. Como as permanências tão arraigadas de um povo podem ser rompidas, colocando-se como um desafio que supera quaisquer expectativas. Além do que, sempre me senti atraído pelos processos revolucionários. Minha tese de doutorado, a que dei o nome de "Artimanhas da Dominação", procura captar as teias ideológicas presentes na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Os processos revolucionários são importantes para o estudo da história porque eles colocam à tona o que há de mais escondido nas artimanhas da dominação dos poderosos.

P. A Revolução Chinesa conseguiu acabar com a fome e a miséria do país, socializando a pobreza. Isto só não foi conseguida à custa da perda das liberdades individuais?

R. O tema das liberdades individuais sempre vem à baila quando se trata de dar uma opinião sobre os processos sociais do mundo socialista. Sobre isto gostaria de lembrar algumas coisas:

Primeiramente, pensar a liberdade do indivíduo desligada das necessidades sociais é um engano tão grande quanto pensar que nós existimos sozinhos no mundo. A liberdade do indivíduo concebida como uma possibilidade ideal foi criada pela ideologia liberal, com finalidades bem definidas — para possibilitar e explicar a ascensão da burguesia. Passou ao ideário liberal-burguês e é repetido a torto e a direito, como se no sistema capitalista a liberdade individual existisse de fato. Basta olhar à nossa volta para perceber que o que existe é o domínio dos mais fortes (ricos), é a exploração, é a miséria e a fome, que ferem a primeira e mais básica liberdade individual, que é a sua sobrevivência. Assim, a liberdade real é substituída por uma liberdade retórica, de cunho ideológico. Se você fala destas "liberdades individuais" como são concebidas no mundo capitalista, realmente pode-se dizer que elas foram sacrificadas na construção do socialismo na China.

Em segundo lugar, se as necessidades sociais passam a ser consideradas como a mola propulsora para o trabalho coletivo, para a organização da produção social, então é necessário repensar a posição do indivíduo nesta relação. As necessidades sociais passam a ser a dimensão real da liberdade individual. Assim, tanto maior será a liberdade individual quanto mais as necessidades sociais forem atendidas. Neste sentido, a escala de valores

típica do mundo capitalista não se aplica aos países que pretendem socializar as agruras, o bem-estar e, na medida do possível, a riqueza. No processo de desenvolvimento coletivo da China, um país que vivia em miséria crônica, os sacrifícios pedidos a toda população foram realmente grandes. Mas têm se mostrado compensadores frente aos resultados reconhecidos por todos os estudiosos da China: a fome já não constitui o grande problema deste país de mais de um bilhão de pessoas.

P. A China readquiriu sua dignidade ao fechar suas fronteiras para o exterior, organizando sua economia a partir da economia de subsistência. Isto seria possível para as nações latino-americanas, esmagadas pelo modelo importação/exportação que nos toma mão-de-obra do capital internacional?

R. A China encontrou o caminho de sua libertação a partir de sua própria história. De forma criativa, não se dobrou aos modelos vindos do exterior, como a República (1912) baseada nos ideais de Sun Yat-sen, bebidos nas fontes das democracias liberais do Ocidente. Inspirando-se no marxismo, a Revolução Popular não se ateve aos ditames provenientes da Internacional Comunista ou do Governo de Moscou. Trilhou seu próprio caminho. Esta, me parece, é a grande lição que a revolução popular da China deu ao mundo.

As nações latino-americanas têm sua própria história, suas formas próprias de ser, seus problemas específicos. Seria muito perigoso qualquer tentativa de libertação do continente latino-americano que quisesse se espelhar em modelos históricos considerados positivos em outras regiões. Cada libertação tem seu preço e seu caminho, que se constrói no âmago da luta.

P. Nos dias de hoje, a China pós-Mao, estreitando seus laços com o Ocidente, aceitando investimentos e hábitos capitalistas, não estará abandonando o socialismo?

R. A China está construindo seu socialismo. Não supõe, portanto, um modelo a ser atingido, mas vislumbra o máximo de conquistas sociais para seu povo. Neste caminhar complexo e sinuoso, em que as opiniões e correntes internas se digladiam diuturnamente, os dirigentes chineses estão vendo a necessidade de se abrir para as conquistas do mundo capitalista. Esta abertura algumas vezes é apresentada, no Ocidente, como um fracasso da revolução socialista e uma ocidentalização dos hábitos chineses. No entanto, é importante notar que a simples abertura para o mundo capitalista e a incorporação de seus avanços tecnológicos não significam um retrocesso no modo de produção socialista. Certamente serão necessárias, com o andar dos acontecimentos, acomodações e modificações internas na construção do socialismo. O importante é que as conquistas, conseguidas a duras penas, não sejam afogadas pela propaganda do mundo ocidental. O que os países capitalistas pretendem, no fundo, é abrir o caminho para a conquista de um mercado dos mais promissores, em um país com mais de um bilhão de consumidores em potencial. São as regras do jogo do comércio internacional!

introdução

A Revolução Chinesa encontra um lugar de destaque na História dos povos em virtude de algumas características que evidenciam sua singularidade e, ao mesmo tempo, sua universalidade.

O que se passa na China no transcorrer deste século em nada se assemelha aos golpes de Estado, pequenos ou grandes, que modificam apenas o regime político ou os grupos de poder em constantes disputas. A estes golpes, por vezes, se dá o nome de Revolução. Na China, ao contrário, trata-se de um processo de transformações que abalaram profundamente a estrutura social do país, com suas vigorosas raízes implantadas no passado.

Enquanto processo de transformações radicais, o movimento revolucionário encontra seu sentido e sua força no âmago da história de seu povo. Alimenta-se de suas contradições internas, na constante tentativa de superá-las, em busca de melhores realizações. Não é um movimento epidérmico. E é justamente neste aspecto que a Revolução Chinesa se insere na universalidade dos processos revolucionários.

Toda revolução, para ser considerada como tal, é implacável. E a derrubada de uma determinada estrutura de poder, de uma determinada forma de exploração de uma classe sobre outras e não apenas um rearranjo no interior da classe dominante.

Enquanto revolução socialista, diferentemente da revolução burguesa de fins do século XVIII e do século XIX, por exemplo, tendo como base de sustentação de poder o campesinato e os trabalhadores urbanos, a China conseguiu substituir o modo de produção baseado na propriedade dos meios de produção por outra forma em que se privilegia o trabalho coletivo, a responsabilidade coletiva, sob a coordenação político-administrativa do Estado. É uma revolução que abala e subverte a estrutura da produção.

Como um evento que se processa em um determinado tempo (fins do século XIX e no século XX) e em um definido espaço geográfico (um grande país do Extremo Oriente), a Revolução Chinesa se define e se explica pelas suas particularidades. Pela história das lutas de seu povo, pelas circunstâncias muito concretas que possibilitaram este tipo de revolução e não outro, e pela direção política que foi se forjando no decorrer dos acontecimentos.

Este pequeno livro se propõe a estudar as particularidades da Revolução Chinesa. Inicialmente são expostos, de forma sumária, alguns tópicos da sociedade chinesa como se encontra organizada no período contemporâneo.

Mas é importante procurar saber em que condições a China passou a ser o que é atualmente.

Assim, os capítulos seguintes trabalham os elementos fundamentais que estiveram presentes na história chinesa dos últimos tempos e condicionaram a Revolução Socialista que se instaurou a partir de 1949: a dominação estrangeira, que, a partir de meados do século XIX, humilha e explora o povo; o movimento de rebeliões e a tradição de lutas do campesinato chinês que não suporta com facilidade a dominação; a direção política da revolução que encontra nas próprias contradições internas o princípio de sua vitalidade.

Mas a Revolução Chinesa ainda não se deu por encerrada. Para onde está caminhando o socialismo na China, continua sendo a grande questão aberta à reflexão e à prática dos chineses e à admiração dos povos do mundo inteiro.

1. a china contemporânea: consolidando o socialismo

A China

A China é um outro mundo. Esta é a imagem que nós fazemos deste país distante, vastíssimo e densamente povoado. E, por praticar um regime político-social diferente dos que vigoram nos países ocidentais, a China nos parece mais distante.

Observando-se o mapa da Ásia é possível ter uma idéia da grande extensão territorial ocupada atualmente pela China: 9.700.000 km². É bem maior que o Brasil, que conta com 8.200.000 km². As fronteiras chinesas tocam a maioria dos países da Ásia Oriental. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Rússia) é o país que tem os limites mais extensos com a China.



Se o território político da República Popular da China — o nome atual da nação chinesa, desde 1949 — é o maior do planeta, também sua população atinge um número dos mais expressivos. Pelo Censo de 1982, a China Continental, sem computar Hong-Kong, Macau e a ilha de Formosa, conta com 1.008.175.288 habitantes. Como a população estimada do mundo está por volta de 5 bilhões, pode-se dizer que, de cada grupo de 5 pessoas, uma é chinesa.

Um fator de fundamental importância, que caracteriza os habitantes da China, é que 74,4% deles vivem no campo e se dedicam à produção agrária. As cidades, se bem que muito populosas, abrigam apenas 25,6% do total. Esta relação entre cidade e campo é importante porque é a partir dela que se definem as formas de organização da produção, a distribuição das riquezas e os tipos de regimes políticos que se implantaram na China através dos tempos. O peso do mundo agrário é muito grande, principalmente quando se tratou de empreender lutas políticas, visando a solução dos problemas sociais que sempre existiram nesse país imenso.

A secular cultura chinesa é outro aspecto que chama a atenção. A filosofia oriental teve grandes expoentes na China, como Confúcio, Buda, Mêncio, e as invenções chinesas (pólvora, bússola, etc.) marcaram sua presença nos avanços da humanidade. Uma cultura que, embora criada no ambiente da classe dominante, criou raízes no seio da população em geral, proporcionando aquela proverbial "sabedoria chinesa" que está presente nos mínimos detalhes da vida, seja sob que regime político-social for.

O respeito à tradição, ao passado e suas lições constituem, por isso, uma peça de grande peso na história chinesa. E foi um elemento utilizado com muita habilidade pelas forças que sempre procuraram subjugar essa população, apoiados em sua herança religiosa e, por vezes, submissa. O confucionismo é uma destas heranças contra a qual foi necessário lutar para a implantação do socialismo na China. Pois, pregando a submissão, a obediência cega, regras nas quais o casamento das pessoas era definido de acordo com as conveniências econômicas dos pais, esta religião tinha por função facilitar a ação quase sempre despótica dos poderosos.

Apesar desta forte tradição e cultura, a China não é uma nação homogênea. Há 55 minorias étnicas, com língua própria, costumes e tradições diferenciadas entre si. Estas minorias somam perto de 67 milhões de habitantes e têm uma organização de vida econômica, social e política quase completamente independente. A maioria que predomina tem sua origem na tribo Han, que foi obtendo paulatina hegemonia sobre as demais tribos e tornando-se a base sólida da nação chinesa.

O povo chinês, apesar da pobreza em que vive mergulhado, conseguiu uma expressiva média de vida. O chinês vive bastante, atualmente. A média de longevidade variou radicalmente durante os anos em que a China passou a viver o regime político-social atual. Com efeito, a média de vida dos chineses

que, por volta de 1949, era de 32 anos, em 1980 passou para 68,2 anos. A taxa de mortalidade que era de 28 por mil habitantes, por causa da tuberculose, principalmente, caiu para 6,29 por mil, em 1980. Há estatísticas que mostram que os chineses cresceram, em média, 5 cm nestes 30 anos. A elevação da expectativa de vida e a diminuição da taxa de mortalidade constituem uma das razões do aumento vertiginoso do número de habitantes na China, que hoje preocupa o mundo todo.

Como Vivem os Chineses

As necessidades básicas de alimentação, moradia e vestuário foram resolvidas na China. É uma constatação que não passa despercebida, tanto aos simpatizantes do regime em vigor na China há mais de 30 anos como para aqueles que olham com reserva a opção socialista. Para conseguir alimentar, vestir e abrigar mais de um bilhão de pessoas foram necessários esforços gigantescos por parte de toda a população, que precisou sofrer inúmeras restrições e orientar toda sua força de trabalho para as necessidades comuns e deixar, para um segundo plano, as aspirações individuais.

A distribuição das riquezas, dos bens e da renda foi o caminho para eliminar a miséria da China. É um país que repartiu a pobreza entre todos, superando-se a contradição fundamental entre um pequeno grupo muitíssimo rico e uma grande maioria que morre de fome e frio no inverno. Ao eliminar a grande propriedade particular de meios de produção (fábricas, latifúndios, etc.) e não permitindo uma diferenciação salarial demasiadamente grande, foi possível dar as condições mínimas de existência a toda a população. O exemplo da escala de salários é esclarecedor. Tomando como referência o ano de 1982 nota-se uma variação de salário da seguinte ordem: entre os operários de fábricas vai de uma média mínima de 39 yuan por mês (22,2 dólares) a uma média máxima de 50 yuan (28,5 dólares) por mês. Uma faixa de diferença muito pequena. Diretores e engenheiros percebem entre 90 e 240 yuan (51,4 e 137 dólares) por mês. A diferença, portanto, entre o salário mais baixo e o mais alto é de 1 para 6. Para uma comparação, seria interessante constatar a diferença entre os maiores e os menores salários médios em países como o Brasil. Principalmente se se levar em consideração que os lucros de capital não existem na China.

As moradias seguem um padrão de austeridade que está muito longe das aspirações das moradias da classe média brasileira, por exemplo. No campo, as casas são fortes, baixas, com um ou dois quartos, além da sala, cozinha e quintal. O mobiliário é rústico. As camas não têm colchão, apenas esteiras, como é o costume milenar dos chineses. Em quase todas as camas, pendurados nas paredes, estão os retratos dos principais inspiradores da revolução: Marx, Engels, Stalin, Mao.

Nas grandes cidades, como Pequim, Nanquim, Cantão, Changai, o estilo da moradia também não muda muito. Ausência de residências luxuosas. Construções antigas, casas geminadas, ou novos conjuntos residenciais construídos pelo Estado, são a forma mais comum de moradia. Na cidade, as moradias são, em geral, menores do que as casas do campo. Sempre limpas, com fotografias dos líderes revolucionários e de membros da família. Na época da revolução cultural (1965-1976), o costume das fotos dos líderes revolucionários era bem mais intenso do que atualmente, depois que entrou em vigor a tentativa de diminuir o culto da personalidade. Em alguns conjuntos de apartamentos há instalações que são comuns a um conjunto de famílias, como banheiro, cozinha, fonte de água.

Não contando com espaço para convivência no interior das residências, a movimentação nas ruas das cidades é enorme. Faz-se de tudo nas ruas: jogos de carta, rodas de conversação, brincadeiras das crianças, pequenas bancas de comestíveis, encontro de amigos. Nota-se que a convivência e diversão se dá nas ruas e parques. Estes, são muito bem cuidados e se prestam às mais variadas atividades, individuais e coletivas. As casas servem de abrigo, repouso e local para refeições leves. A alimentação, em geral, é feita nos locais de trabalho e estudo.



Moda e cor padronizadas (décadas de 60 e 70).

A solução para vestir um número tão grande de pessoas foi encontrada na padronização dos tecidos, da moda e da cor. Durante a década de 60 e 70 foi adotado como padrão uma roupa bastante cômoda, calças e camisas largas, em tecido resistente e de cor austera. Tanto o camponês quanto os trabalhadores da cidade vestem-se aproximadamente da mesma forma. Roupas de passeio e de trabalho não diferem substancialmente. E como os habitantes do campo predominam sobre os da cidade, a austeridade de seus costumes transparece no modo de se vestir.

Nos últimos anos começa a haver uma variedade maior tanto nas cores como nos padrões de moda variada. Nota-se que, uma vez resolvidas as necessidades básicas, o padrão aquisitivo dos chineses começa a se tornar mais variado. As cores já aparecem com maior intensidade e frequência, de modo especial entre a juventude. Na concepção política e social implantada pela revolução na mente de cada chinês, o mais importante era erradicar a miséria que imperava na China há tantos séculos. Tanto assim que a China sempre foi considerada um dos países mais miseráveis do mundo.

Foi transmitido ao povo, de forma persistente, que não poderia haver privilégio de qualquer natureza. O que um tem, todos devem ter. Se todos os chineses não puderem se vestir de forma suntuosa, com quimonos coloridos e jóias deslumbrantes, então é necessário encontrar uma forma para todos se vestirem de forma cômoda, modesta e limpa. Mas que todos possam se vestir. E realmente, nos finais dos anos 70, a China já havia conseguido vestir decentemente seu 1 bilhão de habitantes. A pobreza é ainda tolerada, a miséria não. A austeridade no vestir é uma consequência da pobreza do país. O ressurgir da moda, das cores e de modelos variados, que se nota recentemente, não está sendo tomado como uma volta aos padrões burgueses de consumismo mas sim como uma possibilidade concreta que já desponta na China, pelo avanço no domínio da produção.

O comportamento em relação à moradia, ao vestuário e ao lazer, padronizados e generalizados para todo o país, só se explica pela ausência, na China, da propaganda comercial que, no Ocidente, domina o rádio, a televisão, os grandes cartazes nas ruas, a forma ostensiva e provocante de apresentar as mercadorias nas lojas e mercados, convidando ao consumo. A propaganda, nos países socialistas, é orientada para os aspectos políticos e sociais do comportamento. E de forma tão intensa que consegue criar necessidades e expectativas que sobrepassam o consumismo.

A locomoção não foge a esta maneira simples e pobre de se organizar a vida. A maioria dos chineses tem sua bicicleta como condução própria. Para ir à escola, ao trabalho e para transportar mercadorias e praticar o lazer. Os automóveis são raros, quase inexistentes, servindo apenas para transportar autoridades e estrangeiros. Entre uma cidade e outra é mais comum a via férrea, com alguns trens mais modernos e confortáveis, outros ainda a



A bicicleta é o meio de condução mais comum.

carvão, especialmente para transporte de carga. Os rios são caminhos naturais de transporte, e muito utilizados.

Mesmo não contando com transportes públicos em número suficiente para locomover tanta gente, os chineses não se apertam. Todos moram perto do trabalho e da escola. Quando mudam de local de trabalho, mudam também de residência. Alugam outros aposentos, pois o aluguel é irrisório e existe para todos. Desta forma, economizando divisas com combustível, pois não atingiram ainda a "era do automóvel", os chineses resolvem seus problemas de locomoção com suas bicicletas. Nas cidades, as ruas estão repletas de uma multidão de ciclistas. Há orientadores de trânsito de bicicletas, para evitar congestionamento.

Frente a estas limitações, os chineses viajam pouco de uma cidade a outra. Nem podem mudar do campo para a cidade ou de uma cidade para outra sem que haja um planejamento para tal. É preciso evitar o caos na produção e o inchaço das cidades é um perigo a ser evitado a todo custo. A migração interna pode ser feita, mas em escala pequena e planejada. Esta situação é vista com naturalidade, pois tanto os camponeses quanto os operários da cidade não têm necessidade de buscar sua sobrevivência em outros lugares. A migração não é necessária.

No âmbito destas necessidades básicas que o povo chinês "está tentando resolver, é de se notar o grande salto qualitativo que se conseguiu no setor da saúde pública. Uma das razões de se ter conseguido uma longevidade tão larga e uma tão expressiva diminuição da taxa de mortalidade é porque se conseguiu dar grande importância à prevenção das doenças.

O exemplo mais característico do sucesso no setor de saúde foi, sem dúvida, o combate vitorioso contra a esquistossomose. Era uma das doenças endêmicas que mais consumia a saúde e muitas vidas no campo e na cidade e exigiu uma campanha planejada e levada a cabo com extrema perseverança. Ficou célebre como, uma localidade da China, em 1958, resolveu colocar em ação toda a população para acabar com o caramujo do leito de um rio. Desviaram o leito do rio e limparam todo o fundo, raspando e tratando uma camada de 10 a 15 centímetros. Depois retornaram as águas ao leito tratado, vigiando constantemente para ver se o caramujo havia sido erradicado. Com este processo, a Comuna de Ma Lou de mais de 20 mil habitantes conseguiu acabar com a esquistossomose e tornou-se objeto de propaganda intensa contra a doença endêmica.

A China não conta com os recursos sofisticados com os quais trabalha a medicina de países desenvolvidos. Para compensar esta ausência ou limitação tiveram que valorizar sua própria medicina tradicional, com ervas, raízes, cascas e acupuntura, para garantir do melhor modo possível a saúde da população.

No início da Revolução Cultural, em 1965, foi proposta e efetivada uma profunda modificação no corpo médico da China: a medicina sanitária deveria ser expandida pelo campo e ser assumida pelos camponeses, operários e soldados. Foram preparados, aos milhares, os chamados "médicos descalços" ou "práticos", que passaram a trabalhar diretamente nas aldeias e comunas. Estes práticos passaram a ser formados não nas faculdades, mas com os médicos dos hospitais que davam cursos regulares nas comunas e também através de livros. Recebendo visitas regulares dos médicos dos hospitais, estes práticos mantêm-se sempre atualizados. Mas, sua principal forma de agir está relacionada com a medicina tradicional e atuam, de modo especial, na prevenção das doenças e não apenas na sua cura. Os dados estatísticos mais recentes colocam em evidência a melhoria do estado de saúde do povo chinês, o que é devido, como pensam, em grande parte a esta ação preventiva dos "médicos descalços".

A vida da China na atualidade é reconhecidamente caracterizada, também, por uma profunda reviravolta nos hábitos de segurança individual. Há umas 3 décadas, o banditismo era uma praga que convivía com a miséria na China. Paulatinamente, com as modificações implantadas nas relações de trabalho, graças ao combate sistemático ao desemprego, à repressão violenta contra o banditismo e, principalmente, empregando uma propaganda política e ideológica diuturna, a China hoje se orgulha de ser um país

onde o índice de criminalidade (roubos, assassinatos, assaltos .etc.) é bastante baixo.

Além dos fatores acima apontados, que corroboram para a diminuição da criminalidade, há ainda a violenta pressão da comunidade que é exercida sobre os faltosos. A polícia só interfere em último caso, quando é necessário proceder até à pena de morte por fuzilamento. Nos crimes mais brandos, o culpado é julgado e admoestado em diversas instâncias, a começar pela família até os quadros do Partido. Existem escolas de reeducação para estes casos, elas têm por finalidade preparar estas pessoas para o convívio com a sociedade. Apesar das críticas pela rigidez destas escolas, a elas têm-se atribuído também resultados positivos.

Quando a criminalidade, em alguns momentos, começa a ser preocupante, o governo empreende campanhas intensas, com a publicação do número de execuções efetuadas, com julgamentos públicos de criminosos notórios. No segundo semestre de 1983 foi desenvolvida uma campanha neste sentido, noticiada largamente também na imprensa ocidental.

A par deste combate vigilante contra o crime, está a já tradicional rígida moralidade imposta ao povo chinês. Desde a época em que vigorava o confucionismo com sua moral estreita no campo da sexualidade, até as regras de conduta ditadas pela propaganda do ideário socialista, a liberdade individual em relação à prática sexual é bastante delimitada. Isto tem muito a ver com a necessidade urgente do controle da natalidade na China, com programas rígidos em relação ao número de filhos que cada casal pode ter.

Por esta rápida visão do dia-a-dia do chinês, é possível perceber a profunda diferença que existe entre o mundo deles e o mundo dos países ocidentais. E a diferença mais marcante é que o programa que a China se impôs quer envolver a totalidade dos chineses no esforço de passar, em ritmo relativamente lento mas seguro, de uma situação de miséria para uma vida organizada. O caminho é difícil e árduo, porque a própria situação econômica é adversa e também as contradições internas — a nível de liderança, de grupos políticos, de resistências externas e internas — aguçam ainda mais as dificuldades. Estas contradições e sinuosidades do caminho para a implantação do socialismo serão estudadas nos capítulos seguintes.

O que se pode concluir, por enquanto, é que a China parece ter conseguido superar a miséria; é um país pobre, que logrou suprir seus habitantes com o mínimo para viver decentemente; que ainda não teve condições de prover seu povo com o supérfluo indispensável, como são os eletrodomésticos, a TV, os aparelhos de som sofisticados, etc.

A Organização da Produção

Ao analisar a forma como a produção é organizada na China socialista podemos começar pela questão primordial da propriedade da terra. Sabe-se

que os chineses sempre tiveram que pagar um pesado tributo aos latifundiários para os quais trabalhavam, sem receber o suficiente para sua própria alimentação. Desde os primeiros tempos da revolução, por volta de 1927, já se iniciou a prática da divisão das terras entre os camponeses, para produzir seu próprio sustento. Após 1949, com a vitória da revolução, as leis de reforma agrária instituíram e regularizaram os minifúndios, depois as cooperativas de produção agrícola e, finalmente, de 1958 em diante as comunas agrícolas.

Nas comunas, que são grandes fazendas onde o que predomina é a vida coletivizada, a propriedade da terra não é individual mas de todos os comunistas. Não é propriedade do Estado. Atualmente está sendo permitida uma pequena percentagem de propriedade particular da terra, que não passa de 10% do conjunto do território nacional. A permissão para estabelecer pequenos negócios particulares, incentivando o comércio de mercadorias de consumo rápido, também está aparecendo, timidamente. No entanto, o que predomina na China é a propriedade coletiva. As fábricas são, em geral, controladas pelo Estado, com maior ou menor participação dos operários na direção delas.

Tanto a agricultura quanto a indústria não gozam de elevado grau de sofisticação. Mas conseguem dar trabalho para a população ativa da China, sem que o fenômeno do desemprego cause a insegurança maléfica aos trabalhadores. O trabalho agrícola, com todo seu primitivismo técnico, está conseguindo alimentar 1 bilhão de pessoas e mesmo apontando para a possibilidade de exportar alimentos. Como, então, funciona esta produção agrícola?

O incentivo às Comunas Agrícolas, com uma experiência de mais de 20 anos, ainda não perdeu sua vitalidade. A unidade básica são as equipes de produção que têm a incumbência de cuidar de uma porção de terra definida. Pertencem a estas equipes as ferramentas agrícolas leves, animais de tração e instrumentos individuais. As equipes de produção estão agrupadas em unidades maiores, denominadas brigadas de produção, que correspondem a aldeias espalhadas na Comuna, mantendo já uma certa organização que cuida das diversas necessidades deste conjunto de agricultores, como saúde, alimentação, habitação, educação etc. A Comuna é a unidade de produção maior, congregando centenas de brigadas de produção. Pode-se citar como exemplo a Comuna de Ta Li, no distrito de Nan Hai, perto de Cantão que ocupava, em 1982, 3.800 hectares, com uma população de 70 mil habitantes e cerca de 120 brigadas de produção. Outras comunas têm números diferentes, mas são igualmente grandes.

A produção mais comumente encontrada nas comunas é de arroz, trigo, búfalo como animal de tração, porcos, aves, mel, soja, verduras e hortaliças. Há pequenas indústrias de transformação para fazer frente às necessidades da população como, por exemplo, serrarias para fazer móveis,



Crianças de uma comuna agrícola trabalhando para manter sua escola.

tratamento de adubos para as plantações, aproveitando-se até os dejetos humanos, que, tratados, são aplicados com sucesso na agricultura.

O grosso da produção é comprado pelo Estado que aplica a política do preço mínimo ao produtor, incentivando, assim, o bom nível da produção e a fixação do trabalhador no campo. Não havendo a figura do atravessador, do atacadista etc, é possível manter uma política de alimentação subsidiada pelo Estado, a custo baixo e de boa qualidade. Assim, a agricultura alimenta a imensa maioria dos chineses que vive no campo e os trabalhadores da cidade.

O principal instrumento de trabalho no campo são as mãos. A mecanização agrícola é ainda incipiente, contando com alguns tratores e caminhões, propriedade das comunas e não dos indivíduos. Por isso, a rentabilidade da produção por hectare e por pessoa está bem abaixo dos padrões dos países capitalistas desenvolvidos. O que se conseguiu melhorar, em comparação com uns 30 anos atrás, foi a rentabilidade da produção do solo através da irrigação, abertura de canais e da utilização racional de adubação da terra.

A indústria não é o forte da China. Em parte devido à penetração imperialista como fator estrutural. Sua opção foi pela agricultura e pela agroindústria. Nestes últimos anos, a partir de 1977 com a política das

modernizações, o incentivo à industrialização acelerada passou a ocupar, as preocupações dos dirigentes chineses. Mas a pequena indústria e o artesanato ainda predominam.

Neste processo de produção, que respeita o estágio econômico e social em que se encontra o povo chinês, há uma orientação clara para o envolvimento dos trabalhadores no seu trabalho e no resultado dele. É difícil separar a atividade produtiva da atividade política e da doutrinação, neste país em que a ideologia tem um peso prático extraordinário.

Organização Política

A vida política e mesmo administrativa da China é comandada pelo Partido Comunista Chinês (o PCC). Embora haja ainda outros pequenos Partidos, de origem burguesa, como o Kuomintang, quase nenhuma expressão eles têm na organização do país. Desde sua fundação, em 1922, o PCC se engajou na luta revolucionária, empenhando-se por transformar a China em uma nação socialista. Levou esta luta com muitas dificuldades, tanto em relação aos inimigos externos quanto internamente, devido às divergências entre as tendências que disputam a liderança do Partido.

O número de chineses filiados ao PCC não é muito grande em comparação com a totalidade de habitantes da China. Agrega entre 30 e 40 milhões, sendo que este número oscila, aumentando quando há as campanhas de filiação. Há um empenho muito grande na formação dos militantes, que devem dominar com segurança a doutrina marxista e os ensinamentos de Mao e primar por costumes corretos. Há seleção rigorosa para a entrada nas fileiras do Partido.

Além do PCC, a outra instituição basilar na construção do socialismo foi e é o Exército Popular de Libertação. Tornou-se muito popular desde a época das guerrilhas camponesas contra os japoneses e o Kuomintang e ainda hoje é visto com muito carinho pela população. Ao contrário do PCC, que se propõe a ser a vanguarda do povo, com seus quadros rígidos e ferrenhas disputas internas, o EPL preocupa-se pela ação entre o povo, ocupando-se não apenas com as questões de segurança mas também, quando necessário, ajudando nas colheitas, nos mutirões para construção de casas ou de diques. No período da Revolução Cultural, 1965-76, o EPL exerceu maior influência sobre a direção geral da construção revolucionária da sociedade, sobrepujando a atuação do PCC.

O soldado chinês não está alijado da política. Ele vota nas Assembléias, tem seus representantes e desempenha grande atividade política. Na Revolução Cultural eram organizadas equipes de propaganda que percorriam a China espalhando os ensinamentos de Mao. As Milícias Populares, por sua vez, tornaram-se célebres e muito receptivas às aspirações da população em geral. A supressão da hierarquia no Exército, desde 1965, aproxima mais

os comandantes dos comandados. Atualmente há uma tendência, para se voltar à hierarquização do tipo funcional.

As Milícias Populares encontram-se por toda a parte prestando serviços à população e são vistas com muita simpatia. Participam das comemorações e passeatas políticas, sem constrangimento. Seu salário é pequeno, sendo um dos mais baixos na escala de remuneração. Como sua vestimenta não difere muito da dos outros cidadãos, os soldados chineses não aparecem com ostentação, apesar de sua força política.

Com relação ao comando político-administrativo, busca-se a descentralização e participação em todos os níveis da vida comunitária. São os Comitês Revolucionários que se responsabilizam pela administração. Nas grandes cidades, por exemplo Pequim, há o Comitê Revolucionário de Pequim, composto por representantes dos Comitês Revolucionários de Distritos, cujos membros são eleitos nos Comitês Revolucionários de Bairros, que têm sua origem nas Comissões ou Comitês de Moradores. Assim, os Comitês de Bairro são a base do poder.

Organização semelhante vigora no campo, onde Distritos, Comunas, Brigadas, Equipes de Produção mantêm uma rede de representações que garante o esforço de descentralização e ao mesmo tempo possibilita uma direção geral homogênea. Pois, além da função administrativa, esta organização propicia a manutenção de uma constante propaganda e doutrinação dos líderes nos seus diversos escalões.

Quando o socialismo chinês afirma que a sede do poder está na tríade operários-camponeses-soldados, refere-se justamente a esta forma de controle que estes três segmentos têm na vida do país. A simplicidade desta organização e a intensa formação doutrinária têm permitido o funcionamento mais ou menos tranqüilo desta forma de viver. Pode-se dizer até que os chineses aceitam de forma passiva as modificações na cúpula dirigente do Partido, mas não aceitariam, sem relutância, modificações políticas que colocassem em risco as conquistas do povo.

A direção do país é exercida pelos representantes qualificados do Partido. Com uma dinâmica interna própria destes organismos políticos de alta direção, o PCC passa por crises periódicas, ora por tendências centralizadoras ora descentralizadoras, por tônica burocratizante ou por combate à tecnoburocratização, ou outras divergências do gênero. Vez por outra procedem-se expurgos no Partido, sinal de que um grupo está se sobrepujando a outros e obtendo o predomínio na direção. Acontece também o processo das reintegrações, quando um membro do Partido é reintegrado, passando a ter novamente influência, sinal que o seu grupo voltou a obter a hegemonia no interior do Partido. A disputa de facções no interior do Partido manifesta a dinâmica peculiar da luta pelo poder na China.

Esta organização política, a um tempo centralizada mas com organismos descentralizadores, tem repercutido nas relações com os outros

países. Nesta fase da construção do socialismo, a China seguiu uma política de fechamento sobre si mesma, com pouca abertura para o exterior. Viveu o seu mundo, tentando, penosamente, com suas próprias forças, reconstruir a nação. O "slogan" era: "andar com suas próprias pernas". Não depender de ninguém. Combater os imperialismos, tanto o norte-americano quanto o soviético, era a bandeira de alto alcance político e doutrinário.

Foi apenas na década de 70 que a China começou a se abrir, receosamente, para os países do Ocidente. Recebe a visita de Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos da América, em 1972. Estabelece relações diplomáticas com o Brasil em 1974. As aberturas comerciais e diplomáticas passaram a ser mais intensas a partir de 1977, mas sempre com um grande grau de desconfiança e de cuidados para não importar os "temidos costumes burgueses" e suas perigosas "idéias retrógradas e desagregadoras do socialismo".

A China, que teve uma experiência viva, marcada pela exploração estrangeira de tipo imperialista, que a escravizara por quase um século, cultiva com muita intensidade o horror à dominação estrangeira de qualquer ordem: cultural, econômica ou política. E não quer perder, igualmente, suas realizações no campo político, econômico e social, conseguidas a duras penas neste processo revolucionário que consagrou uma experiência socialista destinada a servir de modelo para os outros países.

Graças a este esforço de desenvolver-se com suas próprias forças, sem dependências, a China não tem dívida externa significativa, conseguindo até superávits em sua balança de pagamentos. Não conhece a inflação e mantém o preço das mercadorias de primeira necessidade sem alterações. Não dependendo das vicissitudes do mercado internacional, é possível exercer uma política de controle de preços com muito maior autonomia.

Doutrinação e Propaganda

O propósito da revolução socialista é o de provocar uma profunda modificação no seio da sociedade, que não poderia ser sustentada apenas pelas transformações do estatuto jurídico-institucional. Trata-se de atingir todos os costumes secularmente arraigados no âmago mais profundo da vivência dos chineses, de estabelecer novos sistemas de condicionamentos sociais, de insistir em novas referências psicológicas. Trata-se, seguramente, de subverter toda a escala de valores anteriormente implantada, que servia às classes que mantinham o poder na base da exploração da grande maioria do povo chinês. Mas, ao mesmo tempo, não era possível esquecer e desprezar os grandes valores adquiridos e construídos pela tradição chinesa, tão rica de ensinamentos e de sabedoria.

A fim de conseguir anular os valores criados pela dominação anterior, preservando o que era tipicamente do povo e, ao mesmo tempo, construir

valores comunitários aptos à construção do socialismo, tornou-se necessário montar uma intensa máquina de propaganda e doutrinação. Não seria fácil inculcar nas mentes, acostumadas com os valores individualistas e egoístas, a necessidade de tudo subordinar ao interesse comum. Interesse comum que está centrado na construção do socialismo, para o qual se mobilizam todas as energias da imensa população.

Foi principalmente a partir da Revolução Cultural que a doutrinação tomou um caráter de cruzada doutrinária. Criando-se um verdadeiro culto à personalidade de Mao Tse-tung, sua imagem e escritos tinham força de lei. O estudo da filosofia marxista estampada em seus principais promotores, Marx, Engels, Lenin, Stalin e Mao, passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, no lar, na escola e no trabalho.

Nas ruas, nos edifícios públicos, nas paredes da sala de qualquer residência, nas fábricas, em todos os lugares estão colocadas em evidência as fotografias dos revolucionários históricos. Alto-falantes nas ruas, nas aldeias, nas casas e até nos campos de arroz, estão constantemente recitando as máximas do marxismo, contando a história do povo, de como era sua vida antes da Revolução Salvadora de 1949. No processo educacional, da creche à Universidade, os aspectos político-doutrinários estão sempre presentes.



Fotografias de revolucionários históricos em sala de Universidade.

Atualmente, nas grandes cidades e também nas comunas agrícolas, as crianças, desde tenra idade, contam com creches e escolas organizadas pela comunidade. A grande propensão do oriental para a teatralização é canalizada para peças de cunho político, onde são enaltecidas as virtudes dos grandes revolucionários e achincalhados os líderes que caíram oficialmente em desgraça.

A Universidade, principalmente no período da Revolução Cultural, passou a ser aberta para a comunidade, privilegiando-se o aprendizado prático em contraposição aos estudos apenas livrescos e distanciados da realidade. Em uma China extremamente pobre e agrária, os estudantes universitários foram chamados a aprender com a prática da agricultura e a colaborar, com sua parte, na produção. Criou-se o "slogan" da "Universidade aberta aos camponeses, operários e soldados", e assim efetivamente se agiu. A entrada para a universidade não dependia mais do saber teórico de cada indivíduo, mas da indicação das comunidades locais. Indicações estas que levavam em conta a saúde física e mental dos candidatos, assim como seu grau d' doutrinação política. Atualmente, esta forma de seleção para as universidades está se enfraquecendo.



Creche de uma comunidade agrícola.

Os chamados "dazibaos", que são grandes cartazes onde cada um pode fazer as críticas que achar oportunas ou colocar seus pontos de vista, constituíram também uma grande força de politização. Sua existência era defendida pela própria Constituição da China, que via neles uma arma eficaz contra os desvios políticos dos dirigentes e ao mesmo tempo uma grande força para o exercício da moral social. Com frequência, estes cartazes condenavam o revisionismo, o egoísmo, a desonestidade, a preguiça, o desperdício, o individualismo e todos "os vícios burgueses" em geral.

Existe uma única imprensa, a oficial, que veicula apenas notícias e comentários considerados pelos dirigentes do Partido como do interesse para a população. O controle da comunicação é exercido também no rádio e na televisão. Sem escrúpulos por parte do poder público.

Além da formação da opinião pública exercida através destas formas mais massificadas, a formação doutrinária conta também com as Escolas para a formação dos Quadros. Ou Escola de Quadros, simplesmente. Elas foram instituídas para proceder à educação dos militantes do Partido, evitando que eles caíssem na acomodação e no burocratismo. E também para impedir o aparecimento de uma camada privilegiada que se queira perpetuar no poder. Assim, velhos militantes, ao lado dos jovens, reeducam-se em contato com os trabalhos do campo e com o estudo das obras dos teóricos marxistas.

Com todos estes mecanismos de propaganda e doutrinação, após anos e anos de prática continuada, pode-se constatar uma homogeneidade de pensar e sentir presente na grande maioria do povo chinês. O modo de receber os visitantes, tanto estrangeiros como também os próprios chineses em viagens, está pautado pelo discurso decorado e por preleções formais, acompanhadas de chá quente, antes do início às visitas às fábricas, escolas, comunas ou museus.

Assim, a China caminha com seus próprios pés, enfrentando as grandes contradições que se foram criando no desenrolar de sua história. Uma história construída de opressão, mas também de vitórias e de grandes desafios. Basicamente um povo de camponeses, que sofreu a miséria no período das dinastias imperiais, a opressão e humilhação dos imperialistas estrangeiros, a dominação japonesa e o bloqueio norte-americano, a dependência em relação à Rússia, a miséria, a fome e a morte. Este povo, assim sofrido, tenta a reconstrução material e moral de seu país. Para isto escolheu a via do socialismo, na qual encontra outros tipos de contradições e de desafios.

Desde os inícios da República Popular da China as dúvidas em relação às prioridades e ritmos de desenvolvimento vão se fazendo notar. A polaridade campo-cidade, para a definição das estratégias de luta, está no âmago da disputa entre as linhas no interior do PCC. Na China, qual seria a classe revolucionária, que representaria a vanguarda do movimento socialista:

campesinato ou trabalhadores urbanos? Como coadunar o trabalho manual com o trabalho intelectual? Como fazer para que os dirigentes de agora não se transformem na nova classe dominante, à imitação das anteriores? É possível equacionar de forma satisfatória o centralismo político-administrativo com a democracia? Se for considerado o desenvolvimento económico: importar "know-how", abrir as portas para o capital estrangeiro para acelerar a modernização? Até agora se socializou a pobreza, como e quando socializar a riqueza? Como considerar a relação entre a liberdade individual com as responsabilidades e prioridades sociais?

Estas e outras indagações permanecem presentes quando se estuda e se quer compreender-explicar a especificidade da história da revolução socialista na China. Nos capítulos seguintes serão trabalhados alguns outros aspectos da história chinesa que, talvez, nos capacitem a encaminhar a resposta a estas questões ou, talvez, levantar ainda outras. Pois estamos apenas debatendo a história, na busca sempre de novos caminhos.

2. as humilhações de um povo: imperialismo aportando na china

A história da China está marcada pela humilhação de seu povo frente a dois inimigos implacáveis: a dominação de imperadores e mandarins, no plano interno, e a ganância imperialista estrangeira, no plano internacional.

O estudo das humilhações sofridas no período da dominação estrangeira e a conseqüente resistência popular, que se organiza, fornecem elementos de grande valia para se entender o processo revolucionário no qual a China se encontra atualmente, com a implantação da Revolução Socialista.

Intercalando períodos de anarquia e de prosperidade, as dinastias chinesas vão se sucedendo até o século XX, com uma história repleta de guerras intestinas pela conquista do poder imperial e de guerras externas, com a invasão e periódicas dominações por parte de povos estrangeiros. A invasão do Império Chinês pelos mongóis, chefiados pelo guerreiro e conquistador Gengis Khan, em meados do século XIII, deixou marcas profundas na memória histórica chinesa. A dinastia Ming (1368-1644), estabelecida após uma grande revolta de camponeses e intelectuais, expulsa os "cavaleiros das estepes", como eram conhecidos os guerreiros mongóis. Os Mings conseguem realizar a unidade da China, organizando um Estado centralizado, de feições fortemente burocratizadas e de exacerbada ganância fiscal. A arbitrariedade e a corrupção se reproduzem.

Os camponeses se levantam contra a corrupção e a exploração e milhões deles tomam de assalto o palácio do Imperador, em Pequim, lá deixando suas marcas ameaçadoras. O imperador Ming, para fazer frente aos camponeses revoltados, apela para estrangeiros, os Mandchus, seus vizinhos bárbaros do norte. Cumprida a tarefa de derrotar os camponeses, os Mandchus se recusam a deixar o território da China, destronando o imperador e fundando a nova e última dinastia — dos Chings (1644-1912). O poder é dividido entre os príncipes da dinastia deposta e os novos donos do poder, continuando inalterada a estrutura de exploração dos camponeses. Neste período de dominação mandchu é que se dá a penetração imperialista.

Em meados do século XIX, a China passa a fazer parte dos horizontes da expansão capitalista do Ocidente, agora de forma mais organizada e predatória do que nos três séculos anteriores. Com efeito, a Ásia Oriental sofrerá muito menos com a dominação colonial das nações européias no período da expansão mercantil dos séculos XVI-XVIII. Na China, especificamente, a atuação das potências estrangeiras é exercida através de um comércio ainda controlado pela classe dirigente, não chegando a constituir

uma ameaça para os listados burocráticos bem organizados. Não acontece como nas Américas e na África, onde a dominação e subjugação dos nativos foi total, econômica, política e culturalmente. Mas, em meados do século XIX, a Europa entra na fase imperialista de seu capitalismo, necessitando expandir-se também para o Oriente, disputando mercados e, principalmente, procurando uma base duradoura e de efetiva subjugação dos governos e das populações. Na China faltava apenas um pretexto para o ponto de partida da dominação imperialista. Este pretexto acontece com a questão do contrabando do ópio.

A Guerra do Ópio (1839-1842)

A Inglaterra é a potência estrangeira que detém a dominação na Índia e uma rede de mercadores na China. O Estado chinês, porém, exerce¹ o controle sobre o comércio com o exterior, através da associação de mercadores chineses denominada Co Hong, estabelecida na cidade de Cantão. No decorrer do século XVIII e inícios do XIX, intensifica-se a prática do contrabando, envolvendo mercadores chineses e estrangeiros, com a corrupção atingindo altíssimo grau de organização, abrangendo a alta administração do Império já combalido.

O contrabando do ópio, porém, intensificando-se de forma alarmante, começa a preocupar os responsáveis pelo equilíbrio financeiro do país. Com efeito, o contrabando foi visto pelos mercadores britânicos como uma forma de resolver seus problemas de pagamento das mercadorias adquiridas na China — a seda e o chá, principalmente. Em vez de pagar estas mercadorias em dinheiro, trocam-nas pelo ópio. Como a importação do ópio havia sido proibida há mais de um século, devido a seus efeitos nocivos à saúde e à moral, os mercadores utilizam-se do contrabando. É uma verdadeira máfia de contrabandistas que operam neste mercado em constante expansão — de 300 toneladas por volta do ano 1800, passa para 3.000 toneladas em 1838. Com isto, cresce a corrupção e as formas de pressão sobre a classe dirigente e sobre os funcionários administrativos; a situação econômica do país se deteriora quando, a partir de 1830, o pagamento do ópio passa a ser feito não só em mercadorias como também em dinheiro. Com isto, processa-se uma crescente drenagem de divisas, afetando a circulação de moedas e, indiretamente, agravando ainda mais a situação de pobreza e até mesmo de miséria em que se encontram muitos camponeses e trabalhadores.

Para fazer frente ao intenso contrabando, o governo inicia, em 1839, uma operação junto aos contrabandistas de Cantão, recorrendo até mesmo à força para conseguir a entrega da mercadoria. O ópio em poder dos estrangeiros é inutilizado em grande quantidade. Os ingleses vêem nisso uma justificativa para declarar hostilidade bélica contra a China. Refugiados na ilha de Hong-Kong, a Marinha ataca o litoral chinês. Há certa resistência

por parte dos camponeses, se bem que esporádica e débil. A corte imperial capitula frente ao poderio bélico da marinha britânica e compromete-se a pagar indenização pelo ópio apreendido e destruído.

25

Mas os ingleses querem mais: impor uma derrota militar à China e abrir diretamente o comércio e a penetração econômica no mercado chinês. O governo, conivente, vê-se obrigado a assinar uma série de tratados desfavoráveis aos interesses da população chinesa. O primeiro deles, o Tratado de Nanquim (1842), entrega Hong-Kong aos britânicos e lhes abre mais cinco portos, além de obrigar a China ao pagamento de uma pesada indenização. Está aberto o caminho para a dominação imperialista.

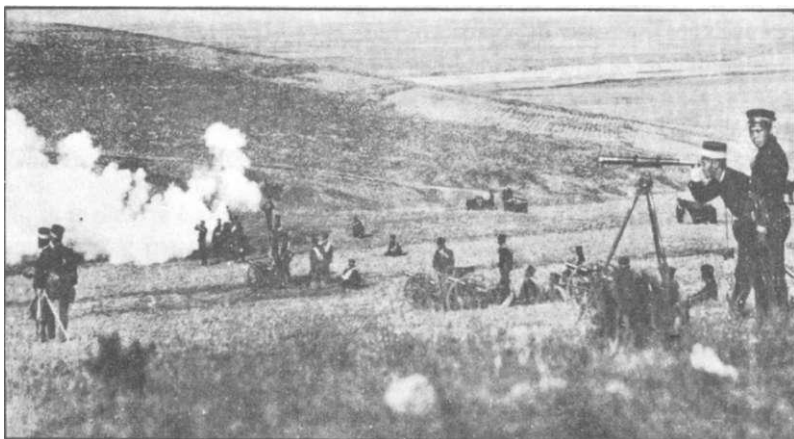
O Sistema dos "Tratados Iníquos"

Após o Tratado de Nanquim, totalmente vexatório para a China, a burocracia dominante chinesa vê-se obrigada a celebrar outros tratados, igualmente iníquos, com as outras potências que passam a dominar a China; em 1844, Estados Unidos e França conseguem as mesmas vantagens que os ingleses. Em 1857-58, a Inglaterra e a França forjam nova guerra contra a China, obrigando-a, ao final da derrota, a assinar outros tratados, além de pesadíssimas indenizações que recaem sobre o campesinato, na forma de impostos. Estados Unidos, Rússia e outros países não ficam atrás e assinam outros tratados. Novas hostilidades com a Inglaterra e a França, que passam a invadir, saquear e destruir cidades chinesas e obras de arte e cultura, até que a humilhada dinastia e a administração chinesa assinem a Convenção de Pequim, em 1860. Novas possessões de portos chineses passam aos estrangeiros, são impostas novas e pesadas indenizações.

Nestes primeiros vinte anos de "tratados iníquos", vão se criando as condições para que os estrangeiros se transformem no elemento dominante da economia chinesa; os chineses, nas cidades portuárias, passam a ser estrangeiros em sua terra.

A partir da década de 80 ocorrem novas investidas estrangeiras, com guerras, tratados e indenizações pesadíssimas: 1883-85 é a França, em 1894 o Japão guerreia e derrota a China, conseguindo anexações, indenizações e vantagens comerciais. No final do século, os Estados Unidos também reivindicam seu quinhão, assim como a Alemanha.

O Império do Centro, como era conhecida a China, rica de tradições e orgulhosa de suas realizações, vê-se, assim, em meio século de dominação estrangeira, retalhada, empobrecida e sem forças para superar suas próprias contradições internas. Os problemas sociais se agudizam cada vez mais, a corrupção oficial torna-se incontrolável e a população adere a manifestações de descontentamentos, organizando freqüentes revoltas.



Tropas japonesas na China em 1895.

A Repartição da China

Com a entrada de capitais estrangeiros, com os empréstimos vultosos para pagar dívidas e realizar investimentos, a China eleva incontrolavelmente o montante de sua dívida externa. Esta situação de insolvência abre o caminho para a repartição da China entre as potências credoras. Estados Unidos e Alemanha, como potências recém-chegadas, reivindicam sua parte, e conseguem. São instituídas, assim, as esferas de influência das diversas potências e, para favorecer especificamente os Estados Unidos, cria-se a "política de porta aberta", que assegura a penetração econômica e cultural "ianque" em condições de igualdade com as potências européias que chegaram primeiro na China. Um sistema que não favorece a China, mas que tem por função colocar as várias potências em um plano de igualdade. Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos da América e Alemanha são os sócios já estabelecidos na China, na virada do século. A China se transformara em um consórcio de potências.

A humilhação imposta pelos estrangeiros à nação chinesa não é aceita tão passivamente, como poderia parecer à primeira vista. As resistências existem, se bem que enfraquecidas pela situação interna da própria China, como também pelo poderio e determinação dos invasores.

A classe dirigente não está em condições de impor uma resistência efetiva, devido à sua própria debilidade. A dinastia Ching, que governa a China desde 1644, em virtude de sua origem bárbara — provinha da Mandchúria — não conseguiu se impor ao conjunto dos chineses. Considerada como estrangeira, nunca fora aceita pacificamente pela liderança dos movimentos de contestação do campesinato, que está em constantes e latentes revoltas contra o Império. As forças sociais camponesas precisam ser constantemente vigiadas pelos burocratas, notáveis e proprietários rurais. Desta forma, ao se deparar com um inimigo superior em força bélica e que se mostra em condições de auxiliar na luta contra a rebelião interna, a classe dirigente chinesa opta por se render ao estrangeiro, em detrimento de seus inimigos internos.

Assim, se bem que embaraçada com os problemas sociais internos, a classe dirigente chinesa faz tentativas de resistência contra a penetração estrangeira. A composição da classe dirigente na China obedece a uma sedimentação milenar: a nobreza, que usufrui das mordomias e facilidades que rodeiam os ocupantes do trono imperial; os notáveis, que se submeteram aos exames imperiais, versando principalmente sobre as doutrinas de Confúcio, tornando-se deste modo aptos a ocupar cargos governamentais e burocráticos; os mandarins locais são os chefes de localidades, que exercem a autoridade com base em sua fidelidade, real ou apenas formal, para com o imperador. Esta classe dirigente burocratizada, juntamente com uma boa parcela dos proprietários rurais, tem condições de conceber a China um pouco além dos confins de seu pequeno território; eles têm a possibilidade de pensar a China como sendo uma unidade nacional que deve ser preservada contra a destruição iminente, provocada pela invasão estrangeira. Sabem que estão em jogo a cultura, os costumes, a própria história de um povo que realizou grandes conquistas nos seus quase três milênios de existência. A elite nacional tem consciência de que deve tentar alguma coisa para salvar, pelo menos, seus interesses de dominação que perigam diluir-se nas vagas invasoras.

A grande massa da população, no entanto, não tem o sentimento nacional em seus horizontes mentais. Sua vivência e interesses se ligam mais ao cotidiano de sua aldeia ou de seu distrito. O que impera é o sentimento regional, onde cada região é marcada pela sua língua, pela particularidade das tradições e da alimentação. Além disso, vigora certa autonomia entre os

mandarins locais em relação à administração e à produção. Por isto, em um primeiro momento de dominação estrangeira — entre 1850 e 1900 aproximadamente — não se percebe uma reação popular em larga escala contra a invasão imperialista. A tônica nacionalista e antiimperialista terá seu desenvolvimento no caminhar do movimento republicano e, principalmente, pelo final da Primeira Guerra Mundial.

A elite nacional, além de tentar controlar as inúmeras insurreições do descontentamento agrário, humilha-se frente ao adversário externo, procura conviver com o novo poder, adaptando os mecanismos de poder político e econômico às novas realidades. Busca, também, uma certa modernização da máquina de governo, agilizando-a e colocando-se mais de acordo com o estilo ocidental, para não ser por ele suplantada.

A elite nacional chinesa, para tentar uma frente contra os estrangeiros, inicia um movimento de modernização; porém, pela sua pouca profundidade, restringe-se apenas ao campo da defesa e ao processo de industrialização. A débil resistência da classe dominante chinesa não foi capaz de pôr um paradeiro à ganância das potências européias. Tiveram que caminhar de capitulação em capitulação, até assistir à repartição da China entre interesses variados e, vítimas de um movimento interno de outra ordem,



Influências ocidentalizantes no Exército Chinês (início do século XX).

serem substituídas pelo novo regime imposto pelo movimento republicano vitorioso no final de 1911.

29

A Insurreição dos Bóxers (1898-1901)

O flagelo que recai sobre os camponeses através da imposição de novos e pesados impostos, necessários para fazer frente à dominação estrangeira, e o arbítrio com que os mandarins tratam seus subalternos criam uma situação de revolta entre a população. São revoltas que se configuram como libertação do jugo dos próprios chineses, sem a preocupação com os estrangeiros. A mais expressiva destas insurreições foi a dos Taipings (1851-1864), que será estudada no capítulo seguinte.

No entanto, se bem que sem grande expressão, entre 1860 e 1880, eclodem várias revoltas locais envolvendo a população contra a presença de potências imperialistas, suas arbitrariedades e seu desrespeito às tradições populares, ou contra as operações punitivas que os estrangeiros realizavam em represália às manifestações populares. A revolta mais organizada e de maior empenho, envolvendo camponeses em uma guerra contra os estrangeiros, prenunciando futuras lutas de libertação nacional, inicia-se em 1898, na província de Shantung. A penetração alemã na província e a presença de missionários alemães, com as prepotências já clássicas dos dominadores, exasperam os camponeses que vêm sofrendo adversidades climáticas e grave carestia. A fome aumenta.

A região de Shantung se caracteriza por uma situação tensa nas relações sociais rurais e havia sido, até há pouco tempo, dominada pelas seitas secretas, ativas e agressivas. Esta tradição de revolta orienta o ódio contra o cristianismo e o imperialismo estrangeiro. Liderando as seitas secretas estão os I Ho Ch'uan, Punhos de Justiça ou Punhos de Concórdia; a tradução livre ocidental passou a denominar esta seita de Bóxers (boxeadores), de onde a revolta tomou o nome. A organização vai crescendo e recebe também o apoio declarado da corte imperial. O alvo são os missionários e estrangeiros em geral, incluindo também os chineses convertidos ao cristianismo. O movimento chega até à capital do Império, Pequim, onde se estabelecem as hostilidades e é declarada guerra às Embaixadas estrangeiras, pelo governo imperial.

Alemanha, Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Japão, Rússia e até a Itália começam a se mobilizar para defender a "civilização branca" contra a "barbárie". A extensão da luta se restringe às regiões setentrionais, pois os burocratas que controlam as províncias centro-meridionais, devido à sua debilidade interna em relação às potências imperialistas, preferem não intervir.

Não foi fácil às tropas das potências, comandadas por um oficial alemão, dominar a rebelião em Pequim e submetê-la a um verdadeiro



Propaganda sobre a Insurreição dos Bóxers.

massacre. Ficou célebre, nesta ocasião, a ordem que Guilherme II, da Alemanha, deu aos seus soldados: "Nenhuma misericórdia! Nenhum prisioneiro! Imponham o nome da Alemanha de tal modo que os chineses nunca mais ousem olhar um alemão, nem mesmo de lado".

O resultado da derrota cabal dos bóxers e do governo é a assinatura do Protocolo de 1901, que estabelece a total e definitiva dependência da China ao conjunto das potências imperialistas.

Revolução: a Busca de Novos Caminhos

Nem as desajeitadas e tímidas tentativas da elite dirigente do país para combater os males provocados pela destruição das tropas imperialistas, nem as insurreições antiestrangeiras oriundas dos camponeses conseguiram abrir caminho para repor a grande nação chinesa nos trilhos de sua própria história. Por isso, no início do século XX, apontam-se algumas correntes de opinião que buscam elaborar bases teóricas novas e outras soluções táticas concretas para a reconquista da independência perdida aos estrangeiros e à inoperância política da dinastia Ching. Surge uma ofensiva entre alguns representantes da elite dirigente, que formam uma corrente de oposição

esclarecida e altamente intelectualizada. Seus idealizadores máximos são LiangCh'i-ch'ao e depois Sun Yat-sen. Colocam as bases daquilo que será posteriormente, em 1912, a República da China, em substituição ao Império.

31

Esta ofensiva inicia-se como um movimento reformista, que queria transportar para a China as realizações conseguidas no Ocidente. Tomam como exemplo Mazzini, Cavour, Garibaldi, Bismark e outros que exaltam um Estado centralizado e moderno, tendo como base ideológica o nacionalismo. Liang prega que a classe dirigente chinesa precisaria passar por uma transformação profunda do ponto de vista ideológico, para superar seu conservadorismo, tradicionalismo e aquele universalismo humanístico típico das doutrinas de Confúcio. O ideário de Liang, que prega uma revolução na China, não ultrapassa, porém, as aspirações de um elitismo reformista, sem tocar nos reais problemas e contradições do povo chinês, ou seja, na questão da posse da terra, da luta contra a opressão a que está submetida a grande massa dos trabalhadores ou da questão fundamental do imperialismo.

Sun Yat-sen, considerado o herói da revolução republicana, também não chega a aceitar os desafios acima apontados como sendo as contradições fundamentais existentes no interior da ordem social chinesa. Seu ideal é a



Selo de Sun Yat-sen, herói da Revolução Republicana.

constituição de um Estado moderno, unitário e forte, nacional-democrático, progressista; é cortar os laços com as instituições tradicionais do império e da burocracia confucionista. A tensão social, de modo especial a rural, poderia ser reduzida a partir da aceleração do desenvolvimento produtivo, com soluções eficientes de caráter técnico, econômico e financeiro. O modelo, para Sun, está sendo, no momento, o Japão.

Trata-se de um programa democrático-burguês, com inspiração nos ideais das democracias burguesas ocidentais, como França, Estados Unidos, Grã-Bretanha. Esta transformação, como têm consciência os militantes que se multiplicam em toda a China, não poderia ser feita por meios pacíficos. Os métodos, meios e soluções estratégicas precisam ser de caráter revolucionário. A vanguarda revolucionária lançaria mão da violência e da luta armada e mesmo de um período ditatorial para levar o país a constituir-se numa soberania nacional e num estado popular de fato. O ataque se concentra nas fraquezas e limitações da "dinastia estrangeira" dos Mandchus, considerada a culpada de todos os males. Só bem mais tarde, por volta de 1920, é que estes revolucionários vão reconhecer o peso da dominação estrangeira e caminhar pela via de uma luta antiimperialista para conseguir a restauração nacional.

As lutas entre os revolucionários e o governo imperial não são pequenas. Há massacres, ataques de surpresa, perdas de ambas as partes. No entanto, por volta de 1911, os descontentamentos no interior das províncias, onde as classes dirigentes locais buscam novas alternativas para substituir a dinastia mandchu, aliados aos clamores e ações violentas de intelectuais e estudantes das cidades, levam a um enfraquecimento da resistência do governo imperial.

Forma-se um Governo Provisório Republicano. No dia 12 de fevereiro, o último imperador chinês abdica de seu império. Sun Yat-sen torna-se o Presidente da República Chinesa, por ele ideada. Por pouco tempo, porém. As rédeas do poder caem nas mãos da corrente conservadora que ajudara trabalhar a derrubada da dinastia. A República dos sonhos de Sun e de seus seguidores passa a ser dominada pelo poder ditatorial de Yuan Shih-k'ai e pelos governadores militares das províncias.

O caminho revolucionário, nos moldes do Ocidente e neles inspirado, não se dá bem na realidade chinesa. Em vez das aspirações de uma República liberal democrática e livre, a China é assolada por uma ditadura férrea, que tem seu apoio nos chamados "Senhores da Guerra", os governadores militares de Províncias.



A Revolução Republicana de 1911: governantes locais, estudantes e intelectuais contra o governo imperial.

O Fracasso da República – 1912-1927

A unidade da China, buscada pelos ideais republicanos, foi logo substituída pelo predomínio descentralizador do poder dos senhores da guerra. O governo republicano entra em decadência, perdendo sua força política e administrativa. São anos turbulentos que provocam uma situação insustentável, que irá culminar nas tentativas de revolução social para superar o estado de miséria, de banditismo e de dependência em relação às potências estrangeiras.

Os senhores da guerra dominam seu território, apoiados em exércitos formados de camponeses famintos e desesperados, que haviam sido espoliados de suas casas e terras por outros exércitos. O descontentamento social e a busca da sobrevivência são os componentes principais destas tropas violentas, que abrigam em seu seio também as tradicionais seitas secretas.

Os senhores da guerra, para manter seus exércitos, recorrem em grande parte aos impostos arrancados da produção rural. Para a arrecadação destes impostos utiliza-se a rede, já montada desde milênios, dos notáveis e proprietários rurais que, com este favor, sentem-se protegidos pelos senhores da guerra. Assim, o pouco que os camponeses conseguem produzir, devido às destruições periódicas dos campos provocadas pela passagem dos exércitos e pelos contratemplos climáticos, comuns na China, deve ser repartido para o pagamento de impostos. Pouco resta para a alimentação do

campesinato faminto e miserável, propenso, por isto mesmo, a se revoltar e a engrossar as fileiras do banditismo social.

A instabilidade política e a espoliação continuada da produção e dos produtores prejudicam igualmente os interesses burgueses na China, impossibilitando o escoamento satisfatório dos produtos industriais e manufaturados entre a população. A circulação dos produtos é dificultada tanto pelo baixíssimo poder aquisitivo das populações agrárias quanto pelos pesados impostos que oneram as mercadorias ao passarem as fronteiras das Províncias.

Diante deste quadro de instabilidade e incertezas vão se moldando novas forças sociais e políticas que apontam para a necessidade de modificações radicais na sociedade chinesa. Dentre estas forças podem ser lembradas: o movimento cultural, a fundação do Kuomintang e do Partido Comunista Chinês, acompanhados por uma forte mobilização de massa nos campos e cidades. Era necessário romper a grande muralha da coligação já estabelecida entre os notáveis, os proprietários rurais e os senhores da guerra, todos em estreita colaboração com as grandes potências estrangeiras..

A trajetória para uma revolução de largo alcance, que tivesse a possibilidade de colocar a China em novos caminhos, é longa, tortuosa e repleta de sangue e sofrimento. Até 1949 são feitas alianças entre os partidos políticos (PCC e Kuomintang) e os intelectuais, há disputas acirradas entre eles e no interior de cada um. Quando, em 1949, a revolução socialista se impõe e derrota o caminho desejado pela democracia burguesa enraizada no Ocidente, a China se encontra retalhada, empobrecida e à beira da falência. Longo caminho de restauração das forças será iniciado.

As "Novas Idéias"

A China sempre foi conhecida pela sua vigorosa tradição cultural, transmitida e cultivada pelas elites dirigentes, que encontram em seus intelectuais o sustentáculo para a busca de uma dominação consentida. No entanto, nos finais do século XIX e inícios do XX, a força destes intelectuais começa a declinar, graças à desagregação pela qual passam o Império Chinês e suas classes dominantes do país. Forma-se uma forte corrente de intelectuais, que se opõe à dinastia mandchu e prega uma revolução republicana, com ideais novos, alicerçados no Ocidente.

Ao se implantar a República (1912), no entanto, o poder passa para as mãos dos conservadores e depois para os senhores da guerra, que detêm o poder local. Os idealizadores da República passam a ser perseguidos, humilhados e muitos são exterminados. Os intelectuais vivem a fome e a miséria, a doença e o retorno às suas aldeias de origem. Até suicídios são registrados.

Nesta atmosfera de desolação nasce, entre um grupo de pensadores chineses, a convicção de que era necessário revoltar-se contra a situação de

passividade na qual se haviam atolado a população e a maioria de seus intelectuais. Percebe-se com clareza que a cultura chinesa milenarmente infundida, era uma das grandes responsáveis pela pouca reação à situação vigente. A moral do consenso e da aquiescência às elites dominantes deveria ser substituída pela necessidade de revolta. Propunha-se a construção de uma nova cultura que servisse de arma contra a submissão, contra a dominação interna e contra as forças imperialistas.

Dentre as diversas revistas e jornais, que vão surgindo após 1915, destaca-se a "Juventude Nova", revista de periodicidade irregular, que se torna um veículo dos mais preciosos na difusão das novas idéias e aspirações. Abre-se para os valores do Ocidente, entrando em contato com os grandes pensadores e revolucionários que marcaram sua presença na construção da democracia burguesa. Voltado para as batalhas da ciência e da democracia, para temáticas de ordem cultural e literária, este grupo pensa também, em profundidade, problemas sociais e econômicos mais concretos.

O movimento se expande e encontra eco entre os estudantes, especialmente na Universidade de Pequim. A revolução cultural, promovida pela revista de vanguarda "Juventude Nova", assume grande relevo e chega a ter dimensão nacional através da fundação de diversas outras revistas e jornais, de associações de juventude e de estudantes. Nestas atividades vão se formando as lideranças revolucionárias da China. Na longínqua cidade de Changsha, o jovem Mao Tse-tung funda jornais, organiza movimentos estudantis e atua de forma consciente na escola onde leciona.

Juntamente com a difusão dos princípios burgueses ocidentais, a China conhece as obras e o pensamento revolucionário de Marx e Engels. Os introdutores do marxismo estão ligados à "Juventude Nova", lecionam na Universidade de Pequim e impulsionam a mudança revolucionária: Li Ta-chao e Ch'en Tu-hsiu. O radicalismo das novas idéias, em relação à tradição chinesa, deve muito a estes pensadores. Principalmente após a revolução de outubro de 1917 na Rússia, as aspirações revolucionárias se tornam mais intensas.

O apogeu desta efervescência se dá em 1919 quando, no dia 4 de maio, eclode um movimento de protesto em Pequim que passa a ser um marco na história revolucionária do país. Pode-se dizer que o Movimento 4 de Maio foi o primeiro episódio de luta revolucionária antiimperialista no território chinês. Protesta-se contra a decisão tomada na Conferência de Versalhes, quando do término da Primeira Guerra Mundial. Nesta conferência havia-se decidido que as possessões alemãs em Shangtung deviam ser cedidas ao Japão. O sentimento antinipônico, que já era manifestamente hostil, torna-se explosivo. Tomam parte da manifestação, inicialmente, estudantes, empregados do comércio, operários, carregadores etc. Movimento tipicamente urbano, que se espalha rapidamente pelas principais cidades chinesas. As diretrizes do movimento são determinadas por Ch'en Tu-hsiu e por Li

Ta-chao, que, pela primeira vez, ensaiam expandir a prática marxista' na China.

Por instigação dos japoneses, a repressão governamental contra o movimento foi violenta. O Japão temia a ordem de boicote antijaponês decretada pelo movimento. Mas a vitória final cabe às forças contestatórias: em 28 de junho, a delegação chinesa na Conferência de Versalhes se recusa a assinar o tratado de paz no qual Shangtum passaria à dominação japonesa. Com esta vitória, os ânimos são amainados, mas as atividades intelectuais continuam acesas nos jornais, revistas e universidades. Formam-se claramente duas correntes entre os intelectuais. Uma que pretende manter intactas as estruturas sociais tradicionais da China, revestindo-as de uma cultura moderna ocidentalizante. A outra, que acha necessária uma transformação radical das relações sociais e, conseqüentemente, uma transformação também da cultura. Nestas duas linhas se engajam os intelectuais conscientes da China e empreendem a revolução, cada um no seu caminho, mas chocando-se constantemente, até a provocação de uma guerra civil, entre 1946-49.

O Kuomintang e a Busca da Unidade Nacional – 1920-1927

Sun Yat-sen, o fundador do Partido Nacional Chinês, o Kuomintang, tem em seus horizontes uma revolução na linha da democracia burguesa de tipo ocidental. Seu partido seria, para Sun, a força transformadora de que a China necessitava.

O Kuomintang foi fundado logo após a proclamação da República, com a finalidade de dar sustentação política ao grupo dos republicanos mais progressistas. No entanto, o parlamento é logo abolido, quando se instaura a ditadura de Yuan Shin-k'ai, e o Kuomintang é colocado fora de lei. Sun Yat-sen refugia-se no Japão e muda o nome de partido para Partido Revolucionário Chinês. Quando regressa à China, em 1919, novamente o nome de Kuomintang é retomado, agora em caráter definitivo.

Em 1921, Sun é reeleito presidente da República e tenta prosseguir nos seus esforços para a unificação do país. Estabelece-se uma luta difícil para conseguir desbaratar o poder dos senhores da guerra. O Kuomintang se organiza, tentando tornar-se o símbolo do movimento nacionalista. Para empreender a reunificação nacional, Sun busca aproximar-se do governo da União Soviética e estabelece relações estreitas com os comunistas chineses. Sob a orientação da III Internacional (1919-1943), o recém-fundado Partido Comunista Chinês estabelece aliança com o Kuomintang, com o propósito de colaborar para a unificação nacional.

Assim, com a liderança do Kuomintang e de Sun Yat-sen, tendo por base a província de Cantão, vai-se estabelecendo uma forte organização militar, política e social, que pretende ser o início da "Nova China". Pelos

anos de 1923-24 há uma colaboração paralela entre as quatro forças que permitem a arrancada para a domesticação, em todo o território chinês, do poder dos senhores da guerra: o Kuomintang, o Partido Comunista Chinês, o Regime de Cantão e a Rússia. Cantão passa a ser a capital da Nova China e para lá convergem as expectativas e esperanças dos progressistas chineses.

O I Congresso do Kuomintang (1924) assume as "Três Opções Políticas" de Sun: aliança com a Rússia, unidade de ação com o PCC e a ação das massas a favor dos camponeses e operários. Os "Três Princípios do Povo" são lembrados: Nacionalismo, Democracia e Solidariedade de classes. No entanto, Sun morre de câncer em 1925, sem ver sua obra concluída.

Entra em cena, em 1926, Chiang Kai-shek, generalíssimo das forças armadas nacionalistas e comandante da Academia Militar de Whampoa — formadora do alto oficialato do exército republicano. Inicia-se um novo período das relações com o PCC, que agora é perseguido, massacrado e dizimado. Entre 1927 e 1945 dão-se os embates mais violentos entre o Exército Nacionalista, dirigido por Chiang Kai-shek e o Exército Vermelho espalhado pelos campos da China. Este duelo será analisado no próximo capítulo e constitui um dos momentos mais importantes para a definição da via que a China encontra para implantar uma forma de revolução socialista própria.

A ruptura entre o Kuomintang e o PCC se concretiza em 1927, quando Chiang Kai-shek ordena o massacre de operários e das lideranças sindicais e políticas ligadas ao PCC que haviam libertado Shangai das mãos do senhor da guerra local, através de uma insurreição popular.

Fica então claro que o Kuomintang é o partido da burguesia chinesa e se orienta para a defesa de seus interesses. Empreende uma luta feroz contra seus inimigos internos, o comunismo e os movimentos populares, e pactua de forma clara e sem preconceitos com as potências estrangeiras. Abdica das pretensões de um capitalismo nacional e de suas instituições políticas democrático-burguesas, aceitando com facilidade a dependência econômica, política e mesmo cultural, impostas pelas potências imperialistas, seus parceiros de dominação do povo.

Continuada Dominação Estrangeira

A dominação estrangeira sobre a China não é combatida eficazmente por esta vertente que quis chamar-se revolucionária. O movimento nacionalista pouco consegue no sentido de reerguer o país da grande aniquilação pela qual passou a soberania chinesa após a proclamação da República, durante o período de dominação dos senhores da guerra.

Com efeito, em 1913, a China se submete a um vexatório "empréstimo para a reorganização", financiado por um consórcio de bancos que fazem o jogo das potências imperialistas. Em 1915, o ministro japonês apresenta à assinatura do Presidente da República Chinesa um memorandum de

"21 Questões", que tem por finalidade transformar a China em um protetorado econômico e até político do Japão.

Com a reorganização do equilíbrio entre as potências, resultante do jogo de forças saído da I Guerra Mundial, a disputa pela hegemonia sobre a China se processa agora entre o Japão e os Estados Unidos. As potências que por primeiro haviam ocorrido à China nos inícios da dominação imperialista continuam a jogar com seus interesses, se bem que de forma mais amena. Este jogo de interesses entre as potências continua a se refletir nas lutas internas entre os senhores da guerra que procuram manter seu predomínio, acoessando a população com impostos e catástrofes militares. Por detrás de cada senhor da guerra há a tutela e a influência de uma potência estrangeira que busca conservar sua hegemonia sobre uma parte da China através deste poder militar, econômico e político.

O Japão, nos finais da década de 20, passa a ser potência imperialista mais insistente na China. Mais agressiva do que nos anos anteriores, em que buscara transformar o país em um protetorado seu, inicia uma invasão constante e regular do território chinês. O Japão necessita manter a China como sua fonte abastecedora de matérias-primas e produtos alimentares. Entre 1928 e 1945 o Japão passa a ser o inimigo externo mais ameaçador e temido do povo chinês.

O governo oficial da China, controlado pelo Kuomintang, não toma uma atitude resoluta contra o invasor. Busca a conciliação, faz alianças com o inimigo. Diante da pressão para tomar a iniciativa da guerra contra o Japão, o Kuomintang retruca que os inimigos mais importantes e perigosos são o comunismo e os movimentos populares. Seria necessário, antes, resolver a unificação nacional, desbaratando as bases vermelhas, para depois se preocupar com um "inimigo acidental". Por isto, lança-se contra os movimentos camponeses com fúria, apoiado pela orientação estratégica de forças nazistas, na figura de oficiais alemães.

Frente à ofensiva geral do Japão, em 1937, Chiang Kai-shek é obrigado a estabelecer novamente uma Frente Única com os comunistas. Mas a ofensiva passa a ser mais efetiva apenas a partir de 1941, quando os japoneses atacam a base norte-americana de Pearl Harbour e os EUA e a Inglaterra declaram guerra ao Japão. Apesar da ajuda recebida dos aliados ocidentais, a "China Livre", como passou a ser denominada a China governada por Chiang e pelo Kuomintang, não deu sinais de entusiasmo no combate ao inimigo japonês. Reina entre seus altos comandantes a corrupção e o autoritarismo, florescendo o comércio e o contrabando entre os japoneses e os chineses da zona dominada pelo Kuomintang.

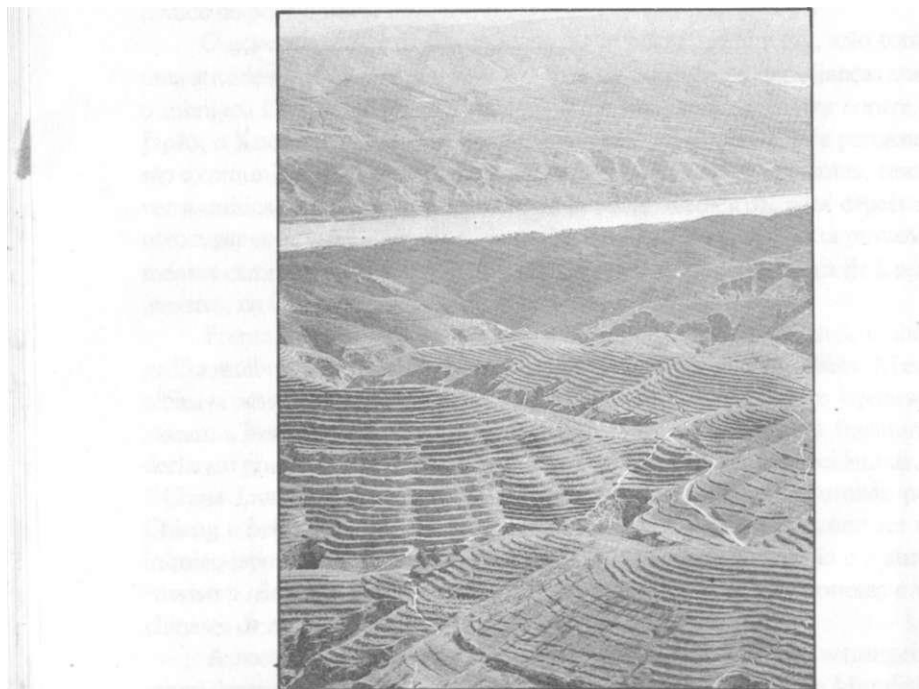
A sorte da libertação da China do jugo do imperialismo estrangeiro estará dependente da situação do Japão no desenrolar da II Guerra Mundial e da ação do Exército Vermelho, que consegue aglutinar a população dos campos em torno da necessidade de libertar a China. O campesinato passa a

ser o elemento primordial na construção de uma revolução que deveria debelar dois inimigos a um só tempo: o externo — potências imperialistas — e o interno — os resquícios da velha classe dominante chinesa agora encarnados na burguesia conservadora e despótica, representada no governo do Kuomintang.

3. a força do povo: camponeses na linha de frente

A Força da Terra

Desde as mais remotas origens até a época contemporânea, a China se distingue pelo seu profundo enraizamento no trabalho da terra. Foi graças ao trabalho coletivo dos homens do vale do Rio Amarelo, trabalhando de forma sistemática o solo, avançando em suas técnicas agrícolas primitivas, que a civilização chinesa inicia a conquista paulatina de uma imensa região, de clima difícil, solo desigual, montanhoso e pouco fértil. Os camponeses, através de um trabalho meticuloso de cultivo dos campos vão estendendo pacientemente a transformação da terra, empurrando florestas, vencendo pântanos, corrigindo leito de rios, utilizando montanhas.



As condições precárias do solo exigem trabalho meticuloso dos camponeses chineses.

Por intermédio de uma expansão minuciosa, densa e constante da cultura agrícola estável, vai se criando não apenas um grande país, mas uma nação, com apreciável unidade social. Os primitivos chineses assimilam com facilidade os povos vizinhos, homogeneizando-os através de costumes, da cultura e do consenso conseguido pela atuação das classes dirigentes. Por isso, a China contemporânea é o país mais populoso do globo, não apenas quantitativamente. O que caracteriza sua grandiosidade populacional é precisamente a homogeneidade de sua história, moldada no trabalho da terra. A China não parece ser constituída apenas por um bilhão de pessoas justapostas — são um bilhão de chineses que trabalham e cultivam a terra.

A força da terra trabalhada e da história intensamente vivida condiciona não apenas a dinâmica da organização social, mas também as lutas e os grandes movimentos tendentes às transformações que se fazem necessárias. Não é de se estranhar, portanto, que, na história dos chineses, as rebeliões camponesas adquiram uma larga tradição. Rebeliões que acontecem para reivindicar, para derrubar chefes ou grupos governantes opressores. São responsáveis pela queda de diversas dinastias. A aparência pacata, ordeira e consensual do povo chinês esconde momentos de violência na conquista de seus direitos.

Ao tratar da revolução chinesa não se pode deixar de buscar, na história de seu povo, aquilo que lhe torna peculiar o movimento revolucionário. Já foi visto como a humilhação imposta pelo domínio imperialista é um fator que alarga as possibilidades de revolta e aguça a necessidade de uma tomada de posição mais radical para salvaguardar a unidade da nação chinesa. Se a atitude das classes dominantes é de convívio com a dominação estrangeira e de repúdio aos movimentos populares, estes se transformarão na única forma de combater, a um tempo, a prepotência imperialista e a opressão das classes dominantes.

Os Camponeses se Revoltam

A situação criada com o advento da dominação estrangeira, em meados do século XIX, exaspera ainda mais as precárias condições de vida do povo. O Estado imperial, humilhado pelas potências estrangeiras, encontra a fonte para o pagamento das pesadas indenizações que lhe são impingidas na cobrança de impostos e taxas. Os produtos chineses entram em concorrência com produtos importados, e chegam ao máximo do rebaixamento de seus preços, acelerando ainda mais a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores. A isto tudo acrescentem-se as arbitrariedades praticadas contra os camponeses pelos senhores regionais e locais que passam a gozar de certa autonomia devido ao enfraquecimento do poder central. Neste contexto, as guerras e revoltas camponesas eclodem com intensidade.

Neste processo continuado de lutas, as sociedades secretas, de tradição milenar na China, exercem um papel relevante. Empenham-se, principalmente, em combater a dinastia vinda da Mandchúria e instalada no Império chinês desde século XVII. São as grandes responsáveis pelos levantes populares das cidades do sul em 1853-1855, pelos movimentos contra a penetração cristã em 1885; estão presentes no episódio dos Bóxers, em 1900. Entre 1850 e 1885 foi possível detectar 104 revoltas em 15 províncias da China. A grande preocupação destas seitas secretas era a de salvaguardar a tradição contra influências estrangeiras.

Quando, no decorrer da luta republicana (1900-1912), os objetivos sociais e políticos são vinculados aos objetivos nacionalistas, as sociedades secretas continuam colaborando com as novas forças que então se organizam em torno de Sun Yat-sen. Um exemplo típico da unidade na busca destes objetivos está no juramento exigido pela sociedade secreta Liga Jurada aos que nela ingressavam:

"Juro pelo Céu fazer tudo o que estiver ao meu alcance para trabalhar pela derrubada da dinastia mandchu, pelo estabelecimento da República e pela solução do problema agrário, na base de uma redistribuição equitativa da terra".

O Partido Comunista Chinês e o Exército Vermelho também mantiveram estreitas relações com as seitas secretas para combater os senhores da guerra e os japoneses. É válido afirmar, também, que há uma certa aproximação entre algumas concepções de organização do PCC e de sociedades secretas nacionalistas. Isto se deu, de modo especial, nos tempos da guerrilha contra os senhores da guerra e contra os japoneses. Dentre as sociedades secretas mais empenhadas podem-se citar: Sociedade dos Mais Velhos e dos Anciãos, Sociedade das Lanças Vermelhas, Sociedade da Pequena Faca, Sociedade dos Turbantes Vermelhos.

Dentre as inúmeras revoltas provocadas no meio camponês e urbano destacam-se pelo menos duas: a dos Bóxers (1898-1901), relatada no capítulo anterior, dirigida pela Sociedade dos Punhos da Justiça e da Concorrência — daí o nome Bóxers, pois a seita se distinguia pela prática do boxe sagrado. Outro movimento que antecedeu a este, foi a guerra camponesa dos Taiping (1845-1864). É interessante considerar algumas particularidades deste movimento social, pois ele se insere na tradição revolucionária que permite à China radicalizar o processo no momento da revolução socialista.

A tensão social na China, em meados do século XIX, chega a um limite extremo. Esta tensão social tem alguma ligação com o início da exploração estrangeira, mas os motivos mais profundos são a situação de crise em que se encontra a China e a oposição que as seitas secretas fazem à dinastia mandchu, arrastando consigo as populações agrárias descontentes. Esta tendência quase estrutural para a revolta alia-se, nesta época, ao fervor

religioso que está na raiz da Sociedade dos Adoradores de Deus, organizada em 1843 por Hung Hsiu-ch'uan.

Hung, um professor de aldeia, na província do Kwantung, sente-se lesado nos exames imperiais para entrar na carreira burocrática. Perturbado, busca contato com o cristianismo pregado por pastores protestantes. Sente-se chamado por Deus para salvar a China. Aliando-se a outras sociedades secretas, organizam a revolta armada e proclamam, em 1851, o "Celeste Reino da Grande Paz" (T'ai-ping T'ien-kuo), para substituir a dinastia Mandchu.

43

Em pouco tempo forma-se um exército de guerreiros de fé, que atravessam as províncias do Hunão e do Hupé. Em 1853 tomam as cidades de Wuchang e Nanquim, a capital do Sul. Na caminhada, os exércitos vão sendo engrossados por camponeses em revolta, sempre dispostos a combater. Grande parte da China passa ao controle dos revoltosos do Celeste Reino da Grande Paz.

Os revoltosos proclamam uma lei agrária, com confisco de terras dos ricos proprietários e garantia de terra aos camponeses, onde pudessem viver; defende-se a igualdade dos direitos da mulher; agiliza-se a organização mercantil; são abolidos os exames imperiais para o recrutamento dos dirigentes, introduzindo-se critérios de caráter técnico para a seleção. São medidas que visam romper com o mundo tradicional e estabelecer uma abertura para a organização mais moderna da sociedade.

Mas a repressão não demora a ser organizada. E ela vem não pelas mãos do exército oficial, então desordenado, mas é organizada pela classe dirigente dos burocratas, funcionários e proprietários de terras. Estes se mobilizam de burgo em burgo, de aldeia em aldeia, nas regiões da China Central que haviam passado para as mãos dos rebeldes. Este foi o verdadeiro elemento conservador que se opôs à destruição da velha ordem.

Além da pressão externa, o movimento dos rebeldes depara-se com problemas de organização de difícil solução. Dentre eles evidencia-se a complexidade da distribuição eqüitativa das terras e a criação de um aparelho administrativo moderno. Além disso, começam a aparecer crises profundas entre os elementos do governo rebelde.

Auxiliados indiretamente pelas potências estrangeiras, os representantes da velha ordem desfecham uma irresistível ofensiva contra os taipingues. O massacre é generalizado e cruel. Dezenas de milhões de camponeses mortos, destruição de obras hídricas em muitas aldeias, redução substancial do número de habitantes da região: este foi o saldo da guerra Taiping.

Durante muito tempo os camponeses não procuram mais na revolta a solução para o estado de desespero em que vivem. Isto porque não conseguem realizar uma verdadeira revolução, que transforme radicalmente as relações de poder e as relações no mundo da produção agrícola. No entanto, a experiência de Taiping constitui-se num ponto de referência precioso para

a análise das condições e possibilidades reais de elaboração da via revolucionária para o socialismo. Taiping sempre esteve nos horizontes dos comunistas chineses, nas diversas fases da luta revolucionária.

Reorganiza-se a Resistência

O movimento que leva à proclamação da República da China, em 1912, foi organizado e dirigido especialmente por elementos ligados aos ideais de uma democracia burguesa ocidental. A base social do movimento, sem dúvida com grande participação do campesinato, está sob a direção de camadas sociais urbanas.

O apogeu deste movimento nacional de libertação encontra-se em dois momentos: na proclamação da República, que não consegue colocar em prática as aspirações iniciais e no Movimento de 4 de Maio de 1919, quando as aspirações nacionalistas elegem como alvo dois inimigos igualmente destruidores — a repressão interna e a exploração das potências estrangeiras.

O Kuomintang coordena a luta nacional, investindo-se organizadamente contra os senhores da guerra. Obtém vitórias valiosas e já pode constatar que, por volta de 1927, a consolidação do controle sobre os inimigos internos está garantida. Mas o Kuomintang, tendo agora à frente Chiang Kai-shek, passa a constituir um governo que continua a explorar a população rural e os trabalhadores urbanos, através de impostos, de pilhagens e de incursões bélicas contínuas. E, o que agrava ainda mais a situação, abandona a luta contra as potências estrangeiras, passando a atitudes de convivência e colaboração.

A resistência vai reencontrar seu ponto de partida nos esforços empreendidos, nas cidades e no campo, pelo Partido Comunista Chinês e pelo Exército Vermelho. Fundado em 1921, o PCC se liga às influências da Rússia que quer definir sua linha de ação e interfere constantemente na organização interna. Inicialmente, até por volta de 1934, o PCC obedece às orientações da III Internacional. A partir de então se liberta para buscar o caminho próprio, de acordo com as condições da China, para a revolução socialista. A partir de 1934, a linha chinesa se define com maior clareza; então, a hegemonia na condução do processo revolucionário e na conseqüente organização das massas passa para o Exército Vermelho — depois Exército Popular de Libertação — juntamente com o PCC.

O grupo inicial que funda o Partido em 1º de junho de 1921 é formado, na sua grande maioria, por intelectuais que tinham tido contato com as idéias do marxismo poucos anos antes, e discutiam acaloradamente os ideais democrático-burgueses tão presentes aos "revolucionários" republicanos. Muito lentamente cresce o número de militantes filiados ao Partido. Em 1921: 57 membros; em 1923: 342; em 1924: 995; em 1925: 10.000; em

1926: 30.000; em 1927: 57.963-membros. Posteriormente, o número passa a ser muito maior, principalmente com a adesão do campesinato.

Até 1927, há, como já se sabe, a colaboração com o Kuomintang, visando, principalmente, a conquista da unidade nacional da China. Muitos membros do PCC passam a fazer parte do Kuomintang, como foi o caso de Mao Tse-tung. Com efeito, esta era a orientação vinda da Rússia: necessidade de implantar um jogo político mais amplo – aliança com os burgueses democráticos – e basear-se no proletariado urbano como a classe revolucionária fundamental.

Quando se dá o massacre de Shanghai, em 1927, por parte do exército do Kuomintang chefiado por Chiang Kai-shek, é possível perceber o primeiro malogro da orientação dos estrategistas russos instalados na direção da III Internacional. Apesar disso, no entanto, o PCC continua obedecendo às diretrizes de Moscou. Mas nem todos os membros do Partido estão de acordo com estas orientações. Inicia-se a formação de linhas dentro do Partido que discutem, até os dias de hoje, quais os melhores caminhos para a implantação do socialismo na China. A dissidência mais forte cria-se em torno do grupo liderado por Mao Tse-tung; a partir deste núcleo, através de muitas contradições internas e externas, vai se definindo a via tipicamente chinesa para o socialismo, a partir das condições concretas da China.

O período que se encerra com o desastroso massacre de Shanghai (1927) e marca o início da oposição sistemática aos comunistas foi de grandes lições para o movimento chinês de libertação popular. As lideranças tiveram um excelente treino para a arte da política. Habitua-se a lidar com inimigos e também com amigos que acabam por traí-los. Ligam-se a forças revolucionárias internacionais, que desejam dirigir o PCC de fora, conforme padrões ocidentais ou russos. Foi necessária muita habilidade para superar estes entraves.

Opções do Partido Comunista Chinês – Direção da Cidade ou do Campo?

Obedecendo, ainda, à orientação da III Internacional e do governo soviético, segundo a qual o operariado urbano é que deve dirigir a revolução, o PCC continua organizando e incentivando movimentos nas grandes cidades, onde os operários, instigados por militantes comunistas e pelos sindicatos, procuram manter uma tensão revolucionária constante. A intenção é conquistar o poder a partir do centro, das capitais de Províncias.

Uma destas tentativas ocorre em dezembro de 1927, quando se implanta a Comuna de Cantão. Militares comunistas, a Guarda Vermelha e militantes tomam rapidamente toda a cidade, mas não têm condições de mantê-la sob domínio. A população, que não havia sido preparada para a

revolta, assistia indiferente à ação dos militantes revolucionários. Três dias durou a Comuna. As forças de repressão retomam o controle, provocando, inicialmente, 8 mil mortes entre os comunistas.

A partir daí, a perseguição aos quadros dirigentes do PCC cresce em violência e eficácia. Mais de quatro quintos dos revolucionários profissionais do Partido desaparecem entre 1927 e 1933.

Outra tentativa de provocar a revolução a partir do proletariado urbano é efetivada no bojo da chamada "Linha Li Li-san". Como havia sido resolvido no VI Congresso do PCC, realizado em Moscou em 1928, é necessário provocar uma rápida retomada da luta revolucionária nas cidades. Para que o movimento urbano adquira sua posição de vanguarda, seria até possível e útil buscar apoio nas forças militares que haviam se formado na guerrilha rural. A guerrilha camponesa serviria, assim, de instrumento útil para a luta urbana, esta sim, o momento decisivo da revolução.

Em 1930 tentou-se colocar em prática a orientação de Li Li-san. Resolveu-se que o Exército Vermelho, que se fortificara nos meses anteriores através da guerrilha nos campos, atacaria as cidades de Nanchang e Changsha e, depois, marcharia sobre Wuhan e Shanghai. Diante do poderio do inimigo e na iminência de ver o Exército Vermelho derrotado, após a perda de inúmeras vidas, foi ordenado o recuo do Exército Vermelho para os campos. Com isto, a Linha Li Li-san foi rejeitada e colocada de lado.

As tentativas frustradas de levante nas cidades, baseadas na hegemonia teórica do proletariado urbano, mostraram claramente a impossibilidade de manter a perspectiva de um processo revolucionário dirigido sob a ótica européia ou da Rússia. Cada vez mais os chineses se convenciam da necessidade de buscar seus próprios caminhos, baseados nas singularidades de sua realidade social e econômica.

A Guerrilha Camponesa e as "Bases Vermelhas"

A eficiência e a violência da repressão desencadeada pelas forças conservadoras, sediadas no Kuomintang, demonstram bem onde residia a base do poder na China: nos notáveis e proprietários, que controlam as aldeias. Para que uma revolução de longo alcance pudesse vingar seria necessário transformar radicalmente a situação social dos campos. O sistema global das relações rurais de produção precisaria ser substituído.

Há a convicção, por parte de um grande número de revolucionários, dentre os quais se destaca Mao Tse-tung, de que a tarefa de derrubar o arraigado sistema social dos campos só poderia ser cabalmente executada pela massa camponesa. Somente a luta revolucionária camponesa teria condições de empreender com eficiência a mudança da tônica até então colocada: de uma revolução nacionalista passar para uma revolução efetivamente social.

A luta armada deveria ser vista como. uma luta de classes; e o terreno decisivo dessa luta estava no campo e não na cidade. Em uma sociedade eminentemente agrária, a bandeira a ser levantada seria: "a terra é unicamente de quem a trabalha".

Por volta de 1927 começam a se formar as "bases vermelhas" em distintas províncias da China. São experiências que tiveram organizações e destinos diversos. Algumas bases vermelhas se orientam pelas formas típicas de democracia direta entre os camponeses, mobilizando-os para a luta social. A experiência mais duradoura foi a conseguida por Mao, no Chingkangshan. Esta região era quase inacessível, habitada tradicionalmente por bandidos. Mas, na época, para ali convergem também levas de revolucionários dispersos e fugitivos da repressão. Com estes elementos inicia-se, pacientemente, o embrião das bases vermelhas que transformam, de forma lenta mas profunda, as relações sociais na China.

A partir deste primeiro trabalho entre os camponeses foi possível estabelecer os três elementos que fariam parte integrante do processo de luta revolucionária: a luta camponesa e de longa duração, a necessidade de uma força armada de classe e a criação de bases estáveis da guerrilha. Assim, o "poder vermelho", como as organizações comunistas passaram a ser chamadas, vai se constituindo como o embrião da China ocupada, da "China Vermelha". Nas bases, o governo é formado por um "conselho do povo" e uma "assembléia dos operários, camponeses e soldados". São instituições sem estruturas rígidas, que têm por finalidade permitir a prática da discussão dos principais problemas comuns e a decisão sobre as atitudes a serem tomadas. Há um poder estatal fundamentado em efetivo mecanismo de democracia direta, mas sob o controle de militantes comunistas. Desta forma, as bases vermelhas substituem a rede dos proprietários e notáveis rurais.

Destroçando o poder dos notáveis e dos proprietários rurais, que era a base da pirâmide de relações sociais da China tradicional, abrem-se as portas para a transformação efetiva da sociedade, não apenas enquanto forma de governo e de regime político mas, principalmente, enquanto forma de organização e dominação social em todos os níveis: econômico, político, ideológico, cultural etc.

A linha de guerrilha camponesa, com uma organização da produção do campo dentro dos padrões comunitários, une de forma compacta os agentes deste processo revolucionário. Soldados, camponeses e operários passam a ser a verdadeira base do poder nas zonas vermelhas, que se ampliam rapidamente nos primeiros anos da década de 30. O grau de organização é de tal modo avançado que, em novembro de 1931, é fundada a República Soviética do Kiangsi. Esta se torna, até 1934, o centro das guerrilhas e das conquistas revolucionárias nas áreas libertadas pelos camponeses.

A extensão e a profundidade das conquistas são possíveis porque é tomado como princípio norteador da guerrilha o respeito pelo trabalhador do campo e sua intransigente defesa. Os camponeses passam a ver nos guerrilheiros comunistas os aliados para uma luta contra a opressão, que, por milênios, havia assolado a China. A insistência, por parte dos dirigentes principais da revolução, em normas morais rígidas consegue canalizar a força dos camponeses para uma luta que se torna efetivamente de classe revolucionária.

A Repressão de Chiang Kai-shek (1930-1935)

As conquistas e o avanço da organização nas zonas de guerrilha, especialmente as dirigidas por Mao Tse-tung e por Chu Teh e suas vitórias sobre os exércitos do Kuomintang, levam Chiang Kai-shek a agir com maior rigor bélico. Iniciam-se as chamadas "campanhas de cerco e aniquilamento" das bases vermelhas, que chegam a cinco: a 1.ª em 1930, na qual são empregados cem mil homens; em maio de 1931 organiza-se a 2.ª, com duzentos mil combatentes; a 3.ª conta, em julho de 1931, com 300 mil homens e a 4.ª se prolonga de janeiro de 1932 a fevereiro de 1933; a 5.ª no final de 1933 e durante 1934.

Neste período de intensa repressão contra as bases vermelhas, o Exército Vermelho consegue suplantar as forças do Kuomintang, muito superior em número e em armamentos. Foi nestes combates que valeu a colaboração dos camponeses que sabem como esconder os guerrilheiros, ensinar-lhe os caminhos e alimentá-los constantemente.

No entanto, a estratégia da guerrilha pega desprevenido o Exército do Kuomintang. Atraindo o inimigo para o centro das zonas revolucionárias, podem aplicar as milenares concepções militares chinesas:

"Quando o inimigo avança, nós recuamos; quando o inimigo acampa, nós o molestamos; quando o inimigo está cansado, atacamo-lo; quando o inimigo foge, perseguimo-lo".

Além destas regras táticas, colocadas em verso e música, os soldados da guerrilha ainda decoram e cantam as "Três Regras de Disciplina": obedecer as ordens em todas as circunstâncias; não tirar uma agulha ou uma linha que seja às massas; entregar tudo o que for capturado. E os "Oito Pontos de Relevo" também fazem parte da boa conduta da guerrilha: falar educadamente; pagar o justo preço daquilo que comprar; restituir o que for pedido emprestado; indenizar pelo que se estragar; não espancar nem insultar as pessoas; não estragar as colheitas; não tomar liberdade com as mulheres; não maltratar os prisioneiros.

Outros princípios didáticos são igualmente colocados em verso, visando assegurar a democracia, a higiene corporal, a ciência e a cultura moderna. Há uma campanha sistemática e contínua para erradicar o anal-



Guerrilheiros recebendo orientação de Lin Pião.

fabetismo entre os soldados e os camponeses. Isto tudo não obstante as dificuldades inerentes a uma repressão constante.

Nas primeiras campanhas de aniquilamento, o Exército Vermelho consegue ampliar consideravelmente a China Vermelha. Entre 1933 e 1934, as zonas ocupadas pelas bases vermelhas contam com uma população de aproximadamente 9 milhões de pessoas. Contam com uma "base central" sediada na República Soviética do Kiangsi. Este avanço das forças revolucionárias deve-se, além dos esforços de estratégia de guerrilha, ao ataque dos japoneses à Mandchúria e à momentânea preocupação de Chiang Kai-shek em se opor aos japoneses.

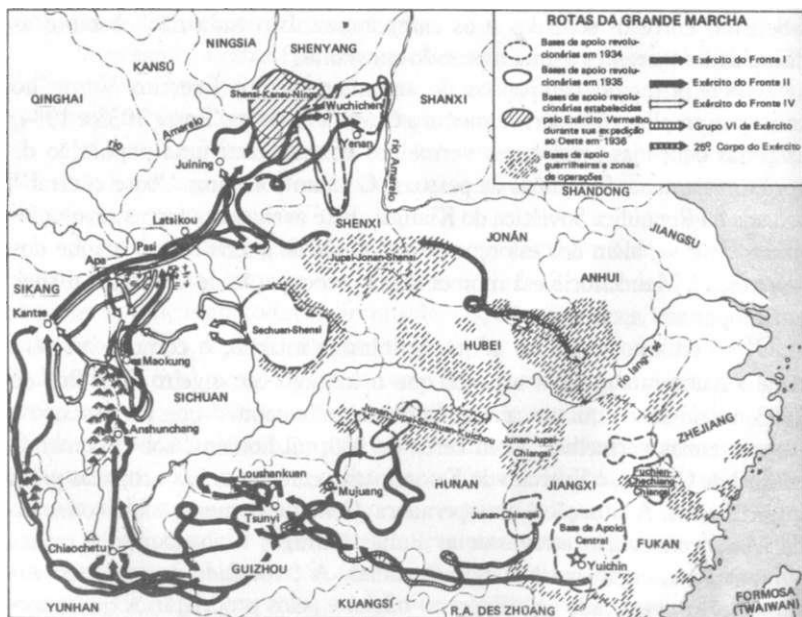
No entanto, a guerra contra o inimigo interno, o comunismo, era para o Kuomintang mais urgente que o inimigo estrangeiro. Em fins de 1933, inicia-se a "quinta campanha de aniquilamento" que foi desastrosa para as zonas vermelhas. Com cerca de 900 mil homens, sob o comando pessoal de Chiang, o Exército do Kuomintang cerca as zonas ocupadas pelos guerrilheiros. A situação é desesperadora. Cem mil homens, sob o comando de Mao, conseguem atravessar as linhas inimigas e abandonar as zonas conquistadas, organizadas e agora perdidas. A ferocidade da repressão aos camponeses, praticada pelo Exército oficial e pelos proprietários que retor-

naram, é violenta! Milhares de mortos e fugitivos. Inicia-se nova fase da luta revolucionária.

A Longa Marcha e a República Socialista do Yenan

O episódio da Longa Marcha (1934-1935), que se transforma em um marco importante no processo da revolução chinesa, é entendido numa dupla dimensão: foi uma retirada, portanto, uma derrota em relação à construção das bases vermelhas entre os camponeses; de outro lado, ela se coloca como o início da busca de novos caminhos para continuar a revolução com outras táticas para a guerrilha social camponesa e para a luta armada a longo prazo.

Uma retirada longa e dolorosa. Durante 368 dias, esquivando-se das tropas nacionalistas, enfrentando o frio, a fome e o cansaço, estes homens provindos de diversas bases vermelhas transpõem rios, pantanais e montanhas. Defrontam-se perto de 200 vezes com os adversários. A morte espreitando por toda parte. Dos 100 mil homens, que iniciaram a marcha em outubro de 1934 da base vermelha de Kiangsi, apenas 20 mil chegam à base de Shensi, em outubro de 1935.



Os horrores pelos quais passam os caminhantes guerreiros ficam marcados na literatura revolucionária. No pantanal, muitos morrem tragados pela lama; outros congelados nas montanhas cobertas de neve; a fome ronda constantemente, levando à morte ou obrigando os soldados a se alimentarem até de suas próprias vestimentas, cinturões, cartucheiras e de tudo o que era feito de couro.

A marcha não se processa de forma homogênea. Vários grupos vão se formando, todos se encaminhando para o Norte da China. Em outubro de 1935 chega à base de Shensi o primeiro grupo, liderado pelo já consagrado líder Mao Tse-tung. Os demais grupos vão atingindo o novo centro da revolução até 1937.

Nesta época se define a linha revolucionária de Mao sobre as outras linhas. As estruturas centrais do Partido são reorganizadas segundo as diretrizes baseadas na realidade chinesa. A revolução também define seus rumos: o imperialismo japonês passa a constituir o outro pólo da luta revolucionária. Era necessário ir de encontro ao sentimento nacional de repúdio à presença opressora dos japoneses, já que o Kuomintang pratica uma clara convivência com a invasão. Assim, quando a marcha toma a direção do norte, tem em mente a preparação para a guerra antijaponesa. A tônica passa a ser o combate à repressão armada da classe dominante e a resistência contra a agressão nipônica.

A Base Central do Yenan

Extenuados e dizimados pelo episódio da Longa Marcha, o Estado Maior do Exército Vermelho e os quadros dirigentes do PCC encontram a localização ideal para estabelecer as bases para a reorganização das tropas vermelhas na região que se situa entre as províncias de Shensi, Gansu e Nighsia, ao norte da China. A nova "base central" se fixa na cidadezinha de Yenan que se torna a capital política das bases e áreas libertadas.

As montanhas do Shensi se caracterizam pela grande quantidade de grutas espaçosas e enxutas que se prestam à moradia. Mao, durante os vários anos em que permanece na sede central, habita em uma destas grutas, assim como a maioria dos habitantes da região. Sendo um local de difícil acesso, longe dos meios de comunicação, portanto inacessível aos exércitos inimigos, a base central de Yenan possibilita o início da reorganização da China revolucionária.

Neste período de pausa em relação às perseguições e aniquilamentos, aprofundam-se as posições teóricas da luta chinesa para o socialismo, com o estudo dos clássicos do marxismo, e se delineiam com maior segurança as instituições básicas da organização de uma futura sociedade moldada pelos ditames do socialismo: a Comissão Militar e o Comitê Central do PCC, o Estado-Maior do Exército Vermelho, a Universidade da Resistência

antijaponesa, as direções das Organizações Populares,, que se encarregam de espalhar o novo estilo de vida e de relações entre os habitantes do campo e das aldeias.

Os germes da nova China se lançam a partir daí. Durante o período da guerra contra o Japão — 1937-1945 — as instituições e a prática revolucionária vão se moldando e atingindo grandes proporções. A guerra de guerrilha camponesa se estabelece como a forma de luta imbatível contra japoneses e o Kuomintang. Internamente, o exercício democrático do poder político, a forma comunitária de organizar a produção, a criação de leis mais justas para regular a posse de terras e seu usufruto, as campanhas para impulsionar a cultura revolucionária e a politização das massas, todas estas práticas homogeneizam o novo estilo de sociedade nas zonas libertadas pelo Exército Vermelho.

As zonas libertadas se estendem pela China Setentrional e pela China Centro-meridional à medida que os japoneses vão sendo expulsos, mesmo a contragosto dos dirigentes do Kuomintang. As zonas livres são estabelecidas segundo as necessidades da expansão, chegando ao número de 19 em 1944, com cerca de 100 milhões de habitantes. Cada uma delas é dirigida por um poder político democraticamente constituído.

A nova composição da sociedade chinesa, fruto de uma intensa experiência revolucionária no campo político, social, ideológico e de organização da produção, é forjada no enfrentamento de condições de vida extremamente adversas em confronto com dois inimigos perigosos e bem equipados. Os japoneses, sobre os quais a vitória advém com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, e as forças reacionárias da velha China, agora incorporadas na China Nacionalista de Chiang Kai-shek. Sobre estes inimigos internos a revolução consegue sua vitória em 1949, ao final de uma difícil guerra civil.

A Guerra Contra o Japão (1937-1945)

A presença japonesa na China, que havia crescido de forma insistente no período da República e do predomínio dos senhores da guerra, toma a dimensão de verdadeira invasão desde os inícios da década de 30. Com a convivência do governo chinês, preocupado mais com o "perigo vermelho", os nipônicos estabelecem-se principalmente no norte da China, fazendo deste território um verdadeiro prolongamento de seu domínio.

A atitude de Chiang e de seus generais foi sempre a de contemporizar, conciliar ou mesmo colaborar com os japoneses. A classe dirigente chinesa vê no predomínio nipônico a possibilidade de continuar sua prática de dominação social sobre as forças populares. A resistência organizada pelo exército governamental permanece numa atitude passiva e de expectativa, até o final de 1941. A sede do governo do Kuomintang passa a ser Xunquim.

A forma de agir do Exército Oficial e do Governo de Chiang Kai-shek causa profundo mal-estar entre a população campesina, assolada pelos soldados japoneses e do Kuomintang, colocando em estado de revolta também a população das grandes cidades. Antes de iniciar a grande ofensiva japonesa, houve um movimento articulado em algumas grandes cidades da China, congregando estudantes, intelectuais e pessoas de várias classes sociais. Ficou conhecido com o nome de "movimento de 9 de dezembro de 1935". Este movimento exigia do governo do Kuomintang uma atitude mais rigorosa contra a dominação nipônica. A repressão governamental não se fez esperar. Em 1936, a tensão cresce nas cidades e se expande por toda a China, atingindo também os campos.

Sofrendo as invasões, impostos suplementares, além das constantes pragas, inundações e a congênita exploração social, os camponeses sentem suas condições de vida ainda mais deterioradas. A destruição de obras públicas são constantes na época do avanço nipônico. Os generais do Exército do Kuomintang, naqueles poucos momentos em que se opõem aos japoneses, causam ainda mais danos aos camponeses. Chegam ao cúmulo de dinamitar os diques do rio Amarelo para impedir a descida do exército japonês. Com isto, o rio inunda áreas imensas cultivadas, destruindo milhares de campos cultivados e de vidas humanas.

O sentimento nacional antinipônico é intenso nestes anos. Um sentimento compartilhado também pela guerrilha revolucionária e pelo PCC. Em 1932, a "República Soviética de Kiangsi" havia declarado guerra ao Japão e, fugindo da perseguição e das campanhas de aniquilamento do Kuomintang, os remanescentes do Exército Vermelho se dirigem para o Norte do país, estabelecendo suas novas bases bem próximas às regiões ocupadas pelos japoneses.

O perigo da capitulação total da China e o clamor da opinião pública forçam no sentido de se buscar um regime de "unidade nacional" em que, através de uma Frente Única, fosse possível iniciar um efetivo combate à petulância nipônica. Foi com muita relutância que Chiang Kai-shek assinou o acordo da Frente (Kuomintang-PCC), para se opor conjuntamente ao inimigo da China.

A Frente Única de 1937, no entanto, não significa um governo de coalizão. Tanto o Kuomintang como o governo comunista da China Vermelha conservam cada um sua independência orgânica e militar e sua identidade própria. Com isto, a China parece assumir duas representações: a China Nacionalista e a China Vermelha. O PCC não é reconhecido pelo Kuomintang, que se compromete apenas em não prosseguir com a luta contra os comunistas, para que estes possam se dedicar à luta antinipônica. O governo da China Vermelha, por sua vez, suspende a contestação à legalidade do governo do Kuomintang como governo oficial da China. Mas o poder vermelho não é desmobilizado. O Exército Vermelho passa a

chamar-se "8.º Exército" e a China Vermelha é denominada "região autônoma".

A resistência contra os japoneses organiza-se em duas frentes distintas: o governo de Chiang Kai-shek, como sendo o governo oficial da China, agrupado em Xunquim, capital da província de Sichuan, bem distante dos perigos da guerra; e os comunistas que já se haviam reorganizado a noroeste da China, tendo por base central a cidade também longínqua de Yen-an. A vontade de resistir ao inimigo é diametralmente oposta, entre as duas partes. Cada uma defende interesses contraditórios entre si. A atitude com relação às aspirações da população em geral também não é a mesma. São as "duas Chinas" que combatem o mesmo inimigo, cada uma com o estilo próprio que procurará implantar no futuro da sociedade chinesa.

A necessidade da Frente Única e a exasperação do sentimento anti-nipônico são ressaltados quando, em julho de 1937, o Japão inicia uma ofensiva geral ao território chinês. Ocupação de grandes cidades como Pequim, Tientsin, Cantão, Shanghai, Nanquim, as províncias de Chaar, Sui-yuan. Em 1938 caem as províncias de Jiangshi, de Anhui e as cidades do médio Yangshi. As províncias que ficam fora da dominação nipônica são as situadas a sudoeste e a noroeste.

Apesar da mobilização popular contra a invasão estrangeira e não obstante os compromissos assumidos com a assinatura da Frente, Chiang e seus comandantes não se empenham na guerra nacional; contempORIZAM.

Somente em 1941, depois que os japoneses atacam Pearl Harbour, uma base norte-americana no Pacífico, é que a China oficial, chamada agora de China Livre, declara guerra ao Japão. Isto porque Estados Unidos e Inglaterra entram oficialmente em guerra contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) nazista. No entanto, mesmo em situação de guerra declarada, a China Livre continua em atitude de quase neutralidade. A sorte da dominação japonesa será decidida pelo desenrolar da luta entre as potências beligerantes — os Aliados e o Eixo — e, internamente, pela guerra de guerrilhas desenvolvida pelos exércitos revolucionários (8.º e 4.º) apoiados pelas milícias dos camponeses.

A Resistência da "China Vermelha" — Germens da "Nova China"

A participação ativa dos comunistas chineses nesta guerra de libertação nacional é de fundamental importância para a definição dos caminhos da revolução social chinesa. Esta definição fica clara a partir de uma luta na qual a posição estratégica do campesinato se comprova como sendo indispensável. Torna-se patente, por outro lado, que a conquista decisiva do poder deveria partir das bases locais para atingir, finalmente, os grandes centros.

A organização de uma sociedade socialista nas regiões libertadas, em torno de uma produção eminentemente agrária, ressalta a criatividade dos dirigentes da revolução e serve de teste para a futura implantação do socialismo numa sociedade que não havia conhecido a etapa do desenvolvimento capitalista. A guerra de longa duração se sobrepõe à tentação dos assaltos ao poder central.

Os sucessos alcançados pelos revolucionários da China Vermelha dizem respeito tanto aos aspectos militares, contra os japoneses, quanto ao esforço dispendido para implantar nos campos uma Nova Democracia, que se torne confiável aos camponeses e, futuramente, aos trabalhadores urbanos.

Quanto à estratégia das forças revolucionárias, que divergia radicalmente do colaboracionismo do Kuomintang, supunha o envolvimento em uma luta nacional, ocupando não apenas os soldados do Exército Vermelho mas também a avalanche humana que trabalha os campos. É para esta guerrilha social que os comunistas vêm se preparando desde o momento em que se patenteia a impossibilidade de uma Frente com a burguesia nacionalista conservadora do Kuomintang.

O envolvimento da grande massa camponesa em sua autodefesa, amparada de perto por aliados possuidores de alto grau de politização — os comunistas componentes do Exército Vermelho — torna-se um coadjuvante de extrema valia para a conscientização política e social dos camponeses.

Um dos fatores de consciência política do campesinato reside na atitude das diversas forças em disputa. O Exército oficial do Kuomintang praticamente abandona os camponeses à sua sorte, deixando-os nas mãos do invasor: ou caindo no colaboracionismo com os japoneses, ou impondo aos camponeses pesados tributos e sacrifícios humanos quando tentaram, no início, opor certa resistência aos invasores. Os notáveis e proprietários de terra, em grande parte, não resistem à via da fuga, deixando para trás, à exploração japonesa, os seus trabalhadores que não tinham condições de se transladar para outras regiões; outros notáveis e proprietários aceitam a colaboração com o estrangeiro invasor e, em troca de uma proteção duvidosa, continuam a exploração camponesa. O exército japonês, por seu lado, primou pela conhecida selvageria na destruição de plantações, de obras públicas de irrigação, de moradias etc.

Nestas condições era muito natural a aproximação física, afetiva, política e militar entre camponeses e soldados do Exército Vermelho. Já conhecemos a grande importância que é dada à formação moral dos soldados e o respeito que lhes é pedido em relação ao trabalhador do campo (ver os "Oito Pontos" e as "Três Regras"). Além do mais, em momentos de trégua, os soldados auxiliam os camponeses em seus afazeres agrícolas de preparo do terreno, plantação ou colheita. Um trabalho que não é muito estranho aos soldados, em sua quase totalidade provenientes do campo. Por

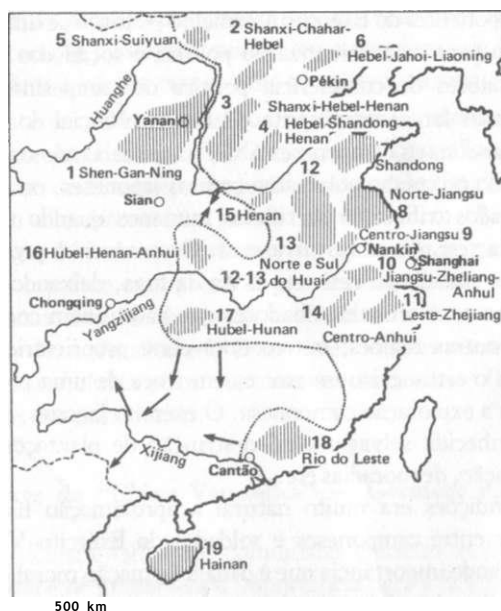
isso, a união entre soldado, camponês e operário constitui até os dias de hoje, na China, a base do poder político, econômico e social.

56

Vai se construindo a China Vermelha. A estratégia militar é inseparável da ação política e social desenvolvida pelo Partido Comunista Chinês e pelo Exército Vermelho na larga faixa do território ocupado pelas zonas de guerrilha. Nestas zonas, um novo poder político começa a se organizar a partir do início da guerra contra o Japão, buscando-se a afirmação de uma nova democracia, onde a participação é consentida e incentivada.

A nível administrativo e político, o poder fica assim distribuído: 1 terço é ocupado pelos comunistas, 1 terço é eleito pelas organizações de massa, 1 terço é reservado a pessoas que lutam pela resistência mas não pertencem aos quadros do Partido ou dos guerrilheiros. Os novos regimes criados pela resistência revolucionam a estrutura de poder na China, pois sua base não é mais alicerçada na classe dirigente antiga: os notáveis ligados à rede imperial de dominação e os proprietários que exploravam terras e camponeses. Eles perdem total ou parcialmente o poder político e o prestígio social.

Nas zonas libertadas, a reforma agrária prevê uma redução dos arrendamentos e dos juros de dívidas e empréstimos. Não há a radicalização



AS 19 "ÁREAS LIBERTADAS"
em 1944 / 1945

— limite aproximado da ofensiva japonesa em 1944
<--- ofensivas japonesas em 1944

contra os proprietários, mas o controle exercido pelas novas forças políticas impede o abuso dos impostos e dos lucros exagerados. Esta legislação moderada é respeitada em relação aos proprietários que não haviam passado para o lado do inimigo. Para os colaboracionistas estão reservados o confisco de terras e de bens ou mesmo o extermínio.

A luta de resistência ao invasor japonês cria nos hábitos dos camponeses uma nova forma de conceber a sociedade e as relações entre as pessoas. A transformação cultural acentua-se na medida em que as novas práticas vão se tornando rotineiras, longe das práticas anteriores de opressão e de saques aos direitos dos camponeses. O período da guerra foi, sem dúvida, um dos grandes responsáveis pela criação de condições favoráveis para a construção de uma sociedade socialista na China.

A "China Vermelha" Contra a "China Livre" (1945-1949)

A partir do momento em que os aliados declaram guerra ao Japão, a situação dos nipônicos na China começa a ficar mais difícil. A "China Livre" de Chiang Kai-shek passa a receber o auxílio financeiro e militar dos EUA e a "China Vermelha" aperta o cerco contra as zonas dominadas pelos japoneses. As zonas libertadas crescem em número e em organização. O 8.º Exército, ao norte da China e o 4.º Exército ao centro e sudeste, somam por volta de 950.000 soldados, apoiados por milícias populares de, aproximadamente, 2.200.000 homens e por unidades de autodefesa que somam para mais de 10 milhões de pessoas. A população total das zonas libertadas já atinge perto de 100 milhões.

A guerra na Europa termina em maio de 1945, com a derrota do Eixo. O Japão, após a destruição de Hiroshima e Nagasaki por duas bombas atômicas, rende-se ao poderio bélico dos aliados e capitula em agosto de 1945. Um contingente de 1.200.000 japoneses deve abandonar centros industriais importantes, zonas rurais extensas e grande quantidade de material bélico. Qual das duas Chinas tomará o lugar dos japoneses, a Vermelha ou a Livre?

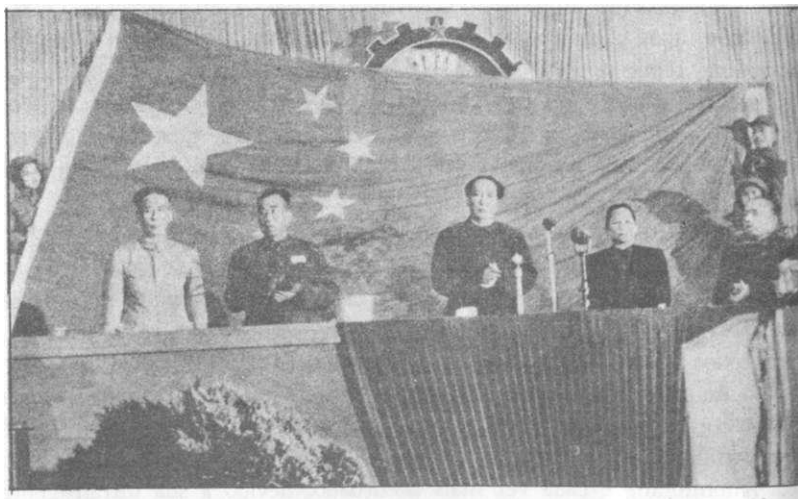
Os norte-americanos confiam mais no governo do Kuomintang e o apoiam com forças e armamentos, garantindo uma grande quantidade de território para a China Nacionalista. A China Vermelha não se conforma com as medidas de força de Chiang Kai-shek. São tentados vários acordos, mas todos fadados ao fracasso. A guerra civil torna-se inevitável.

Às manifestações do movimento democrático na cidade, o governo da China Livre responde com repressão e prisões. O Partido Comunista é perseguido, assim como outros Partidos de Centro. O isolamento político do Kuomintang é cada vez mais acentuado, devido à sua intransigente recusa em dar os passos para a democratização efetiva do país e para sua definitiva pacificação.

Apesar do esgotamento físico e moral em que se encontram os exércitos, o conflito armado entre as duas Chinas se inicia de forma violenta. O governo central mobiliza perto de 2 milhões de soldados para desbaratar o "perigo vermelho" e ataca principalmente as cidades. Os comunistas, por sua vez, mobilizados principalmente nos campos, com o apoio irrestrito dos camponeses, praticam uma guerra de movimento. O Exército Vermelho toma o nome de Exército Popular de Libertação (EPL), e conta com a simpatia do povo que se insurge agora contra a presença norte-americana que vem apoiando irrestritamente o governo impopular de Chiang Kai-shek.

A bandeira, agora, do EPL é contra "os estrangeiros que vieram substituir os japoneses". No decorrer do segundo semestre de 1947 e durante todo o ano de 1948 a guerra entre as duas facções é violenta. O EPL passa à ofensiva e, paulatinamente, estende sua dominação por toda a China. Chiang Kai-shek, nos inícios de 1949, transfere-se com seu governo para a ilha de Formosa (Taiwan). As grandes cidades vão passando para o controle dos comunistas, que se preocupam em alargar a frente social e política contra o Kuomintang.

A 1.º de outubro de 1949 é proclamada a República Popular da China. A capital da nova República passa a ser Pequim. A bandeira nacional é



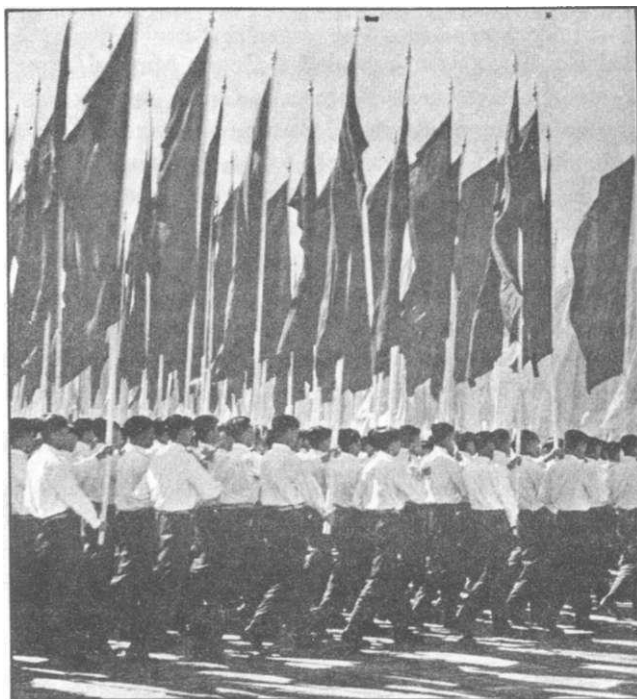
Discurso de Mao Tse-tung, tendo ao fundo a bandeira da China

vermelha com uma estrela de ouro circundada por outras cinco. O governo é composto por um Presidente, Mao Tse-tung, por 6 vice-presidentes, sendo três comunistas e três não-comunistas e mais 56 membros.

59

A revolução socialista é uma realidade na China. Com suas próprias forças, seguindo um caminho próprio, de acordo com as condições da história de seu povo, sem imitações e renegando ingerências, o PCC e o EPL lideram uma parte expressiva do campesinato e do operariado urbano na caminhada da China socialista.

Inicia-se a etapa da consolidação de um regime novo, mas cuja semente havia sido implantada na organização social das zonas libertadas.



Desfile comemorativo da Revolução Chinesa (1958).

4. trajetória de uma revolução socialista

Ao final da guerra contra o imperialismo nipônico e da vitoriosa campanha interna contra os representantes do conservadorismo das classes dominantes chinesas, coordenadas por Chiang Kai-shek e pelo Kuomintang, a vitória do Exército Popular de Libertação e do Partido Comunista Chinês, à frente de entusiasmada população, especialmente camponesa, foi uma façanha quase inesperada no contexto internacional.

Repercussão Internacional da Vitória

Os aliados, que haviam vencido a II Guerra Mundial, especialmente EUA e Rússia, e têm especiais interesses na China, esperam que a solução para o conflito seja uma situação de aliança, de governo de compromisso entre Kuomintang e PCC. Esta solução seria boa para os EUA, pois garantiria sua presença no Extremo Oriente, através de relações positivas com um regime democrático-burguês, e interessava à Rússia, que insistia na necessidade da aliança com a burguesia para acelerar o desenvolvimento industrial e tecnológico.

A situação internacional não é favorável ao novo regime. Os Estados ocidentais estabelecem uma frente comum e não se dispõem a reconhecer a China Popular. A China Nacionalista, com sua capital na ilha de Formosa, recebe o reconhecimento oficial da maioria dos Estados capitalistas ocidentais, com a conseqüente ajuda econômica, política e financeira. A diplomacia dos países socialistas reconheceu de imediato o governo da China Popular, que implanta sua sede em Pequim. Rússia, Bulgária, Romênia, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia são os primeiros países que dão o apoio diplomático, sem contudo se comprometerem com esforços suplementares de maior monta.

Apesar da relutância do Ocidente, muitos países não-comunistas se curvam ao realismo diplomático da existência de uma Nova China. Até janeiro de 1950, a República Popular recebe o reconhecimento dos seguintes países: Birmânia, Índia, Paquistão, Ceilão, Noruega, Grã-Bretanha, Dinamarca, Israel, Finlândia, Afeganistão e Suécia. O Brasil reconhece diplomaticamente a China Popular apenas em 1974.

O trabalho de reconstrução da China não encontra, porém, muito respaldo externo. Mao Tse-tung, presidente e líder reconhecido do governo chinês, viaja para Moscou em dezembro de 1949, onde encontra pouca

receptividade por parte de Stalin (ditador da Rússia na época). A União Soviética concede empréstimos à China e fornece ajuda para instalação de novas indústrias em território chinês. Mas a má vontade e a desconfiança são patentes.

61

As apreensões do governo e da cúpula do Partido Comunista russo são explicáveis. Os comunistas chineses já haviam dado demonstração suficiente, de modo especial após 1934, de sua independência em relação às orientações de Moscou. A China ameaçava agora, se conseguisse se fortalecer internamente, em se transformar não apenas em um Estado socialista mas a chegar a ser uma explosiva potência no Extremo Oriente. O que parecia perigoso para a consolidação da Rússia como potência hegemônica entre os países socialistas.

Os dirigentes chineses compreendem que nada podem esperar do mundo exterior. Cria-se a certeza de que a China precisa reerguer-se apoiada nas suas próprias forças. As conquistas do povo chinês contra os inimigos externos e contra as forças opressoras do Kuomintang foram marcadas pelo heroísmo, pelo sofrimento e pela astúcia que consagraram soldados e camponeses, acompanhados pelo operariado e por parte da burguesia nacional e intelectuais urbanos. Novo caminho se inicia, após 1949, para a reconstrução da China. Os detentores do poder — camponeses-soldados-operários — encontrarão pela frente uma tarefa árdua, repleta de imprevistos, de contradições, de decepções e também de vitórias. A construção do socialismo na China tem sua especificidade que vale a pena ser estudada.

Situação Difícil

O que o povo chinês mais aspira, ao término da guerra civil e do desmantelamento da economia nas cidades e nos campos, é por uma paz duradoura. Por isso, a aceitação de um governo dirigido pelos comunistas não encontra dificuldades no seio dos diferentes segmentos da sociedade chinesa. O fortalecimento do governo central é visto como propulsor eficiente de uma retomada econômica, sentida como inadiável. A tarefa dos comunistas na direção da China revolucionária se impõe como uma necessidade de satisfazer estas aspirações generalizadas nas cidades e, principalmente, nos campos.

Mas a situação é das mais difíceis. As grandes cidades se ressentem de um inchaço proveniente do grande afluxo de refugiados que abandonaram os campos, em busca de um mínimo para a sobrevivência. O flagelo da ocupação estrangeira, humilhante e desagregadora, multiplica, durante dezenas de anos, os problemas e as contradições sociais congênicas às grandes cidades. A indústria, que sempre fora modesta na China, está reduzida a zero. O comércio se restringe ao varejo e ao cotidiano. A fome ronda as cidades onde

o desemprego se transforma em crônico. Um quadro de miséria onde o banditismo prolifera com rapidez e intensidade.

Com exceção de algumas regiões onde houve um trabalho intenso das bases vermelhas e de uma produção de subsistência comunitária, a situação do campo no seu conjunto apresenta-se desesperadora. A devastação provocada pela guerra de diversos tipos, aliada às intempéries climáticas, coloca a zona rural na dura impossibilidade de satisfazer a fome da população. A comunicação com as cidades torna-se precária, diminuindo o intercâmbio entre cidade e campo. A própria economia de subsistência não tem condições de se manter, pois obras hidráulicas, como barragens e açudes, foram destruídas; o armazenamento de sementes e cereais torna-se impossível. O banditismo rural, como uma praga, se alastrara impune pelos campos. Ao lado da exploração dos proprietários, dos notáveis e das potências estrangeiras.

Com respeito à direção política da nova República colocam-se também problemas enormes e contradições afloram no dia-a-dia da organização administrativa. A República Popular, com efeito, foi possível graças a um amplo esforço de diversas forças políticas e sociais: comunistas, liberais, classe média e pequena burguesia, estudantes. Nem todos se inspiram nas idéias socialistas nem pretendem um governo que implante uma alteração profunda nas estruturas. Uma difícil composição de alianças vai se efetivando no decorrer da guerra civil e se faz representar, igualmente, na cúpula do poder da nova República.

No Conselho Consultivo do Povo, órgão supremo onde o poder se estrutura, estão representados não apenas os comunistas mas também outras opiniões e tendências que precisam ser levadas em conta. De modo especial, os intelectuais urbanos, que têm pouca vivência da vida de guerrilha e de organização social nas áreas libertadas pelo Exército Vermelho, não colaboram simpaticamente com as propostas revolucionárias dos novos líderes políticos mais radicais. Assim, a falta de homogeneidade em relação aos rumos que a República deve trilhar, no interior do próprio governo, é um elemento de crucial importância na construção do socialismo chinês, que não se descarta com facilidade e contra o qual a revolução deverá lutar.

De outro lado, as contradições no interior do grupo que dirige a revolução socialista não são pequenas. A especificidade da China já colocou em evidência pelo menos duas linhas de conduta entre os líderes do movimento socialista: a "sinização do marxismo", com sua forma peculiar de valorizar a realidade chinesa e seus caminhos próprios, e a corrente que ainda acredita no caminho percorrido pelos soviets russos como modelo a ser imitado no mundo inteiro, também na China. Estas duas linhas estão presentes nos primeiros anos da República Popular, até a definitiva ruptura com a Rússia, por volta de 1960.

Outra contradição, talvez ainda mais profunda, vai se construindo e tornando realidade: entre os quadros do Partido Comunista Chinês e o Exército Popular de Libertação. A tendência à burocratização dos quadros políticos encontra, no compromisso do EPL com a população, uma constante energia crítica. A exteriorização desta polaridade entre as duas instituições máximas do socialismo chinês se torna mais aguda e explosiva no período da Revolução Cultural (1965-1976).

Além destas contradições internas, há ainda outras dificuldades provenientes da pouca experiência da sociedade chinesa em relação a uma organização social com base na produção socialista. A experiência de governo socialista, se bem que intensa nas áreas libertadas, não havia atingido vastas áreas da China, que eram controladas pelos nacionalistas do Kuomintang. Nas cidades grandes, a prática do socialismo ainda não criara raízes e, na maioria delas, nem sequer havia sido tentada.

Frente a esse quadro de dificuldades e contradições, na situação internacional e interna, é compreensível que os primeiros anos da República Popular tenham sido caracterizados por uma cautelosa adaptação.

Inícios de Reconstrução (1950-1953)

Para vir de encontro às aspirações da imensa população do povo chinês — na época chegam a perto de 600 milhões — o governo se propõe conseguir o maior progresso material possível dentro do respeito à justiça, à harmonia e à democracia. As primeiras providências jurídicas apontam para este esforço: a Lei de Reforma Agrária, a Lei da Organização Sindical Urbana e a Lei do Casamento. São leis promulgadas em 1950, que tiveram grande alcance econômico e social.

A Lei de Reforma Agrária não é, inicialmente, drástica. São expropriadas propriedades de grandes latifundiários ou de camponeses ricos, não afetando as propriedades médias. Os grandes proprietários devem ser metodicamente convencidos da utilidade das expropriações. Quando resistem correm o risco de serem eliminados ou presos. Isto acontece com freqüência.

Pelo final de 1951, o programa geral de reforma agrária está praticamente concluído. Não se trata da eliminação da propriedade, mas da divisão das terras em pequenos lotes e da sua distribuição entre milhões de camponeses.

As fontes oficiais afirmam que são doados 700 milhões de "m u" (mais de 46 milhões de hectares) a perto de 300 milhões de camponeses. Cada "m u" corresponde à décima quinta parte de um hectare. Os camponeses são libertados do imposto sobre a renda, que corresponde de 50 % a 70 % da colheita. A partir da reforma, o imposto estatal passa a ser por volta de 17 %.

No final da década de 50, após a comprovação de que este esforço não havia sido satisfatório para a produção, inicia-se a experiência da propriedade coletiva da terra, organizando-se a produção agrícola de forma centralizada em unidades mais amplas, as chamadas comunas. No entanto, desde 1950, a reforma agrária liquida com a classe dos grandes proprietários, que eram os sustentáculos da velha ordem nos campos. E como o processo de desapropriação é precedido e seguido por amplas discussões entre os camponeses, ele serve também para aprofundar o significado social e político das mudanças que estão ocorrendo em profundidade.

Pela Lei da Organização Sindical Urbana consegue-se, para o operariado, a garantia de uma série de conquistas como, por exemplo, a melhoria de condições de vida, a participação na gestão das empresas, o seguro-desemprego, e outras vantagens. Mas ainda representa um atrelamento da classe operária aos moldes da produção burguesa, pelo pouco desenvolvimento da indústria na China. Só mais tarde será possível partir para outras conquistas mais definitivas e abrangentes.

Pela Lei do Casamento, este se torna livre e de responsabilidade não mais dos pais mas dos próprios jovens. São assegurados os direitos iguais da mulher; é introduzida a monogamia e a possibilidade da separação.

Além destas leis que exercem um efeito benéfico sobre a população, aumentando inclusive o índice de produtividade, devem ser ressaltadas, nestes primeiros anos de reconstrução, algumas campanhas. Em dezembro de 1951 foi o Movimento dos Três Anti — anticorrupção, antidesperdício e antiburocratismo. Em março de 1952 foi a vez do Movimento dos Cinco Anti — contra práticas de fraude fiscal, de fraude comercial, de suborno, de desvio de bens do Estado e de espionagem econômica. O mais drástico foi o Movimento pela Eliminação dos Contra-revolucionários, que tratou de eliminar tanto os agentes do Kuomintang, ou seja a burguesia conservadora, quanto os bandidos rurais e urbanos.

A necessidade das reformas é de tal modo premente que os dirigentes do governo se lançam com empenho nas campanhas. Só a persuasão não consegue demover os "reacionários" de suas idéias e de suas ações. Não seria por bons modos que a maioria dos possuidores de terra e de propriedades industriais iriam entregar suas posses particulares para resolver os problemas da coletividade. A repressão é severa. O número de execuções reconhecidas oficialmente ultrapassa os 800 mil. O número real, porém, deve ir além de 2 milhões. Com estas medidas extremas, as estruturas antigas de dominação, baseadas na exploração da grande propriedade e na férrea aliança da burguesia, se dobram ao modo socialista de produzir e de organizar a sociedade. Por volta de 1953, o terror nas cidades e nos campos dá lugar a uma elevação do índice de produção e apontam-se novos caminhos.

O primeiro Plano Quinquenal é lançado no final de 1952. Torna-se necessário encontrar formas de acelerar o desenvolvimento econômico-social para atingir o socialismo. A Rússia, mais uma vez, serve de modelo para a elaboração do Plano, que se caracteriza pela prioridade atribuída à indústria pesada, pelo incentivo às altas taxas de acumulação, pela centralização político-administrativa e pela necessidade de um ritmo acelerado de crescimento.

A tônica desta planificação indica algumas opções que contrariam o caminho até então seguido nas zonas libertadas. As cidades e a indústria passam a ocupar lugar de destaque; o PCC assume o centro do poder que era, até então, exercido prioritariamente mais pelo EPL; a aliança com a Rússia é intensificada.

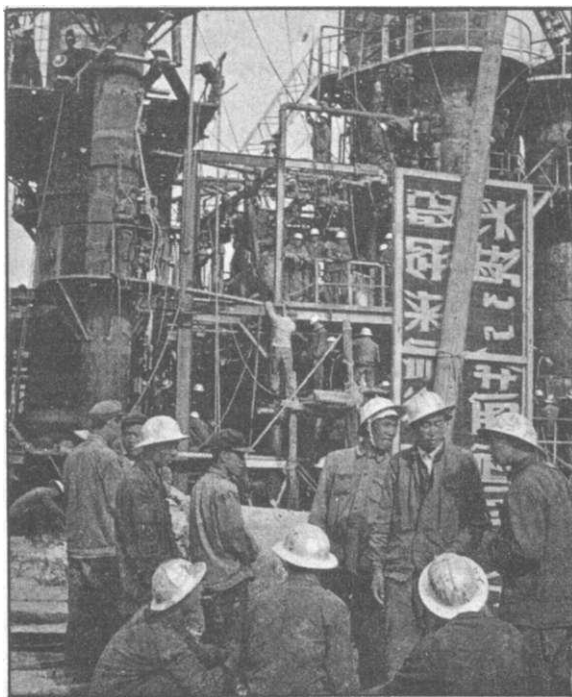
Trata-se de responder ao grande desafio de como caminhar para o socialismo em um país que ainda não havia resolvido problemas básicos de desenvolvimento, de acumulação de riquezas, de industrialização. Desde 1949, o princípio básico que se estabelece é o de "transformar o país agrícola em país industrial".

As metas estabelecidas pelo Plano Quinquenal são conseguidas e ultrapassadas. A produção de aço triplica, a de eletricidade e carvão duplica. A produção de geradores multiplica-se por 7,7, a de motores elétricos por 1,6; a fabricação de artigos de algodão aumenta em 50 %. O resultado global supera em muito as expectativas: 18 % de crescimento ao ano no decorrer do 1.º quinquênio. São avanços que foram conseguidos em anos difíceis nos quais a China se via envolvida com a guerra da Coréia.

Se as conquistas são enormes, do ponto de vista econômico de uma acumulação primitiva, os problemas de cunho social também são grandes. A concentração do poder nas mãos do Partido e os grandes esforços e sacrifícios impostos para se conseguir a produção acelerada passam a ser questionados tanto no campo quanto nas cidades.

A prioridade à produção industrial urbana deixa a produção agrícola à deriva. O sistema da produção acelerada na agricultura não condiz com a divisão das terras em pequenos lotes. Inicia-se um certo desvirtuamento das reformas propostas, com a compra de lotes por proprietários mais ricos que passam a explorar a mão-de-obra mais pobre. Começam a aparecer condições propícias a novas formas de exploração do homem, segundo os moldes do desenvolvimento capitalista.

Para superar este perigo latente, de injetar mecanismos capitalistas no desenvolvimento socialista, no decorrer da década de 50 organizam-se as cooperativas agrícolas, que iniciam como Grupos de Ajuda Mútua, até chegarem, no final da década, às formas mais elevadas de trabalho coletivo. A coletivização do trabalho e das terras, forma típica do modo de produção socialista, precede, na China, ao avanço das forças produtivas.



Primeiro Plano Quinquenal: incentivo à indústria.

Mas a prática de uma economia coletiva no campo contraria as aspirações da planificação quinquenal, que prevê, segundo a orientação dos dirigentes russos, a aceleração do desenvolvimento tecnológico, mecânico e científico, precedendo o aprimoramento das relações sociais de produção. Nas cidades acontece algo semelhante. Muitos trabalhadores se insurgem contra a dominação da burguesia privada e contra os métodos estabelecidos pela organização do trabalho. Com este movimento, o cooperativismo se implanta no setor industrial, no comércio e no artesanato urbano, determinando o fim da propriedade burguesa.

Assim, por volta de 1956, quando do 8º Congresso do PCC, já se tornam claras as Três Transformações Socialistas conquistadas pela China: Expropriação da Burguesia urbana, Controle da produção industrial e artesanal pelos operários, Movimento Cooperativo nos campos. Trata-se agora, segundo as preocupações dos dirigentes, de responder ao grande desafio: numa sociedade socialista, na qual as relações de produção estão adiantadas, o que fazer para que as forças produtivas e a economia em geral saiam de seu profundo atraso?

Duas alternativas se apresentam para encaminhar o problema. Uma delas, a oficial, segue orientações do marxismo como é classicamente prati-

cado na Rússia: dar a máxima importância à produção industrial, colocando-se a tônica nos elementos do Plano Quinquenal. Esta linha é liderada por Liu Shao-shi. Outra alternativa, liderada por Mao Tse-tung, incentiva a força do movimento social camponês, sendo a agricultura tomada como base do desenvolvimento e prioritária em relação à indústria. A classe revolucionária, na China, é o campesinato. É possível, mesmo, segundo Mao, que a China atinja o estágio do socialismo antes de industrializar-se. Os dois caminhos não se apresentam de forma claramente definida e estruturada por seus protagonistas. No entanto, estão presentes na prática e nas orientações dos grupos dirigentes da República Popular.

Propostas Alternativas (1957-1959)

Enquanto as contradições internas se definem e as tentativas de solução se esclarecem, a China procura novas alianças no âmbito internacional. Na Conferência de Bandung, Indonésia (1955), reúnem-se os delegados dos "países não-alinhados" da Ásia e da África, entre os quais se posiciona a China. A liderança de Chou En-lai, Primeiro-ministro chinês, projeta a China no papel de guia dos países afro-asiáticos, no momento em que são lançadas as bases de uma solidariedade entre os povos de cor. Estabelece-se, assim, uma alternativa para a aliança com a Rússia.

A busca de alternativas para encaminhar as contradições internas, que já despontam nos anos 50, se consubstancia em dois movimentos denominados "Campanha das Cem Flores" e o "Movimento do Grande Salto Para Frente".

"Deixai que as flores desabrochem e que floresçam as discussões", na expressão de Mao, é o convite baseado numa antiga máxima confuciana para canalizar os descontentamentos criados pela implantação do Plano Quinquenal. As críticas se fazem violentas, a partir de 1957, apontando abusos dos funcionários do Partido e do Estado, reclamando a publicação do relatório secreto de Krushev sobre os crimes de Stalin e apontando para a apropriação, por parte do Partido, das propriedades do povo.

Diante da crítica violenta, o Partido resolve proibir as manifestações, enviando para "campos de reeducação" os líderes mais importantes. Mas, ao mesmo tempo, buscando uma forçada unidade interna, o Partido prepara elementos para lançar um movimento mais substantivo, que rompe com as orientações básicas dos Planos Quinquenais. É a política do "Grande Salto Para Frente".

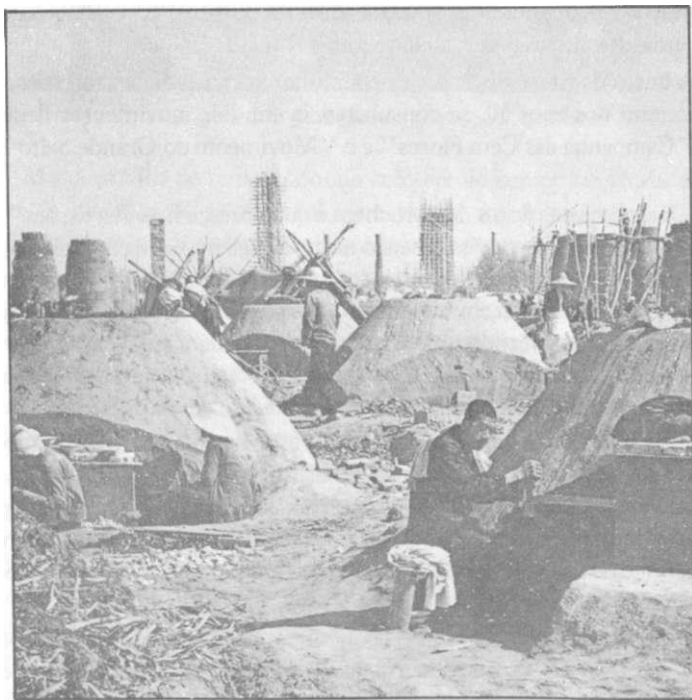
Tendo por base os resultados econômicos positivos do 1º Plano Quinquenal, a cúpula do Partido resolve acelerar de modo decisivo suas conquistas. O projeto é conseguir, em um ano ou dois, o nível atingido pela Rússia nos últimos 30 anos. Para chegar a esta proeza, é colocada em ação

uma série de medidas bem articuladas, que se apresentam como fruto de uma concepção global diferenciada da anterior.

A ênfase é dada ao campo. Com programas que abarcam toda a China, são iniciados trabalhos de irrigação e construção de estradas de rodagem, obras de grandes proporções. Para viabilizar o incremento da produção agrícola, o cooperativismo é orientado para a experiência das Comunas Populares, onde o princípio da coletivização da propriedade da terra, dos instrumentos de trabalho e das demais necessidades básicas rege o conjunto da vida dos camponeses. A autonomia em relação ao poder central, tanto ao nível econômico quanto político, tende a incentivar a auto-suficiência de cada Comuna. Por isso, além da produção agrícola, os comuneiros devem prover-se de indústrias locais, de formas de abastecimento e de formas de defesa militar. Criam-se as milícias populares.

A industrialização, se bem que vista como um fator dominante do desenvolvimento econômico, está colocada em escala inferior à agricultura, que, na China de então, é definida como base do processo produtivo. Mas, também nas cidades, o Grande Salto provoca modificações substanciais.

As empresas industriais passam a ser controladas pelo poder local (município, província), em detrimento do poder central. No interior das



Política do Grande Salto para a Frente: incentivo ao campo.

empresas busca-se equilibrar as relações de poder, através da participação dos operários na direção da empresa, pela diminuição das grandes diferenças salariais e pela importância atribuída aos estímulos morais e coletivos em detrimento de recompensas materiais e individuais.

Empreende-se, igualmente, uma luta contra o saber institucionalizado e formal, desvinculado das reais necessidades e problemas da população. Tenta-se romper com a separação e oposição entre trabalho intelectual e trabalho manual. Ambos são igualmente nobres e não há razão para considerar o trabalhador braçal inferior ao intelectual. A prática de se encaminhar estudantes, intelectuais e membros do Partido, para prestar serviços no campo e em obras urbanas, tem seu início nesta fase da revolução chinesa, sendo intensificada no período da Revolução Cultural.

O Salto Para a Frente empolga a população do campo e das cidades. No entanto, por inúmeros pequenos fatores e, principalmente, por ter sido implantado de cima para baixo, começa a surgir uma série de problemas não previstos. Um certo voluntarismo na aplicação, sem atender às condições reais do campo e da cidade, ou a pouca compreensão do espírito social que regia o movimento e mesmo as exigências impostas pelo ritmo acelerado de trabalho, descontentam muitos trabalhadores. Tudo isto vem acrescido de fatores climáticos adversos, como secas e inundações, que reduzem drasticamente o resultado dos esforços despendidos.

Aos dissabores do Grande Salto Para a Frente segue-se uma reação dos elementos mais conservadores do Partido que estão propensos a aceitar métodos de desenvolvimento próximos à experiência russa. Este grupo será chamado, no período da Revolução Cultural, de revisionista, traidor do socialismo, predisposto ao retorno aos caminhos burgueses. Assim, o difícil equilíbrio de forças dentro do Partido Comunista Chinês se torna cada vez mais frágil. Nos anos seguintes, a política do "Reajustamento" será comandada pelo grupo contrário a Mao Tse-tung e aos princípios fundamentais do Grande Salto.

As Contradições Internas se Açuçam (1959-1965)

As primeiras experiências de governo colocadas em prática após o início da Revolução — Medidas Socializantes, Plano Quinquenal, Campanha das Cem Flores, Grande Salto Para a Frente — perfazendo 10 anos de vivência, fazem ressaltar a particularidade das contradições que estão e estarão presentes na nova realidade chinesa. Não é fácil resolver a dicotomia entre cidade e campo, entre vanguarda operária industrial e vanguarda camponesa. O distanciamento entre o Partido e o restante da população começa a colocar agudamente as contradições entre dirigentes e dirigidos, entre democracia/participação popular/centralismo de decisões. Como coadunar o subdesenvolvimento e o socialismo, o que supõe já um certo grau de

adiantamento econômico? É difícil estabelecer um equilíbrio produtivo entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

70

Como encaminhar estas contradições no sentido de uma superação viável? Superadas, outras contradições virão, com certeza, criadas pelos elementos novos da renovada prática social. A busca de superações constitui o caminho da humanidade em qualquer regime político-social e, portanto, também na implantação do socialismo. Os anos que precedem a Revolução Cultural colocam em evidência o equilíbrio instável das forças revolucionárias.

As dificuldades advindas do fracasso do Grande Salto, com a China economicamente em retrocesso nos anos de 1959-61, abalam a cúpula do PCC e do governo. Mao Tse-tung deixa a presidência da República, recolhendo-se à sua cidade natal. Permanece, contudo, presente nos bastidores da revolução, pois não deixa o cargo de Presidente do Partido.

O novo Presidente da República, Liu Shao-ch'i, companheiro de Mao desde a juventude, imprime um caminho de maior prudência, para corrigir os defeitos que se verificaram no funcionamento das comunas e nas relações tentadas entre operários e empresas fabris das cidades. O grupo liderado por Liu Shao-ch'i procura dar um grande realce aos quadros centrais do Partido, atraindo para ele o núcleo das decisões fundamentais. Através da volta à centralização, em detrimento da autonomia setorial do Grande Salto, o novo governo se propõe recolocar os rumos da política chinesa em um caminho mais realista.

A "política de reajustamento", como é chamada, constitui-se, sem dúvida, em uma reviravolta. Opta-se por planos anuais, que podem ser mais facilmente controlados do que os de longo prazo. O desenvolvimento agrícola continua sendo prioritário, juntamente com o incremento dos bens de consumo, de modo especial dos alimentares. A indústria pesada permanece no horizonte como setor dominante, mas, no momento, ocupa um segundo plano.

As Comunas Populares sofrem adaptações que visam diminuir o grau de socialização nelas implantado de forma acelerada. A iniciativa e a propriedade particular voltam a ser incentivadas, assim como os mercados "livres". A autonomia das equipes de trabalho nas fábricas é reduzida, voltando-se, em grande parte, à centralização das decisões nas mãos de diretores. Estímulos materiais e individuais são preconizados no lugar dos morais e coletivos. O ensino volta a ser teorizado e separado das práticas produtivas.

A principal preocupação do governo é voltar ao nível de produção anterior a 1958. Para conseguir isto não é necessário, segundo o grupo, ter escrúpulos. Cresce, assim, a influência de camponeses médios e ricos bem como dos funcionários graduados do Partido. São lançadas campanhas de publicidade através da imprensa e do rádio. A educação das massas rurais,

através do Movimento de Educação Socialista, visa enquadrar os camponeses segundo a forma de ver e as orientações do aparelho político do PCC. Cria-se uma rede oficial deste Movimento, que percorre os campos e busca substituir as Associações Camponesas já existentes, que eram, até então, a grande força política do campesinato.

O caráter elitista desta política de reajustamento está patente tanto na insistência centralizadora em torno do Partido quanto nos organismos que vão se formando. Apesar do caráter ligeiramente progressista do Movimento de Educação Socialista, sua função é "explicar", superiormente, às massas rurais os princípios gerados pela cúpula. O outro organismo, os Grupos de Trabalho, se incumbem de levar aos campos a discussão dos textos elaborados pelo Comitê Central.

Contrariamente a este caminho político oficial, manifestam-se e organizam-se os elementos do grupo oponente. Nos primeiros anos da Revolução Cultural, as acusações mútuas dos dois grupos se tornam violentas, configurando-se, nos escritos da época, uma verdadeira guerra verbal, com consequências cruentas. As atividades e a efervescência das oposições vão criando, germinalmente, condições para a eclosão da Revolução Cultural.

As principais posturas da oposição podem ser sintetizadas nas seguintes atividades que, em princípio, discordam dos "reajustamentos": defesa das Associações dos Camponeses, necessidade do trabalho manual para os quadros administrativos e políticos, defesa da economia coletiva e desconfiância em relação aos abusos do aparelho político do PCC, que deve passar por um processo de limpeza.

O movimento dos "5 Anti": anticorrupção dos quadros, antimentira, antinepotismo, antiburocratismo e antidesligamento das massas, é uma condenação clara dos vícios que se fazem presentes nos quadros do Partido. A Liga das Juventudes Comunistas, em 1963, condena o sistema de ensino reimplantado e, desde 1964, a Ópera de Pequim inaugura uma prática cultural que se torna, a partir de então, comum na China: a utilização de peças teatrais para fazer crítica política.

E, o que é decisivo, aprofunda-se a contradição entre as duas instituições basilares da Revolução Chinesa: o Partido Comunista Chinês e o Exército Popular de Libertação.

O PCC defende seus quadros e sua posição de vanguarda na via revolucionária para o socialismo, com o "slogan": "Inspirar-se na Vanguarda Política". Com os expoentes Liu Shao-ch'i e Chu En-lai, na direção do Partido e do Governo, a campanha assume dimensões gigantescas e predomina até por volta de 1965.

O EPL, que tem à frente Lin Piao, lança-se à construção de um socialismo que se opõe às diretrizes atuais do PCC e defende ostensivamente a obra e as idéias de Mao Tse-tung, que se vinham constituindo na prática revolucionária desde a década de 20. O Livro Vermelho de Mao é editado aos

milhões; tornando-se a principal fonte de inspiração dos revolucionários. Com a campanha nacional "Inspirar-se no Exército Popular de Libertação", são formadas equipes de propaganda em todo o país, angariando profunda simpatia entre a população. A hierarquia no Exército é supressa, assim como as diferenças nos uniformes. Prega-se com insistência a união do soldado, camponês e operário.

No decorrer de 1965, a hegemonia da orientação parece estar decididamente pendente para o grupo de Mao. A ênfase na luta contra o burocratismo, contra o autoritarismo das autoridades, a favor de uma educação das massas, tornam-se bandeiras que se sobrepõem nitidamente à linha mais conservadora.

Mao Tse-tung, embora alijado do poder momentaneamente, está acompanhando o desenrolar dos acontecimentos nacionais e internacionais. As contradições com a Rússia chegam ao ápice no início de 1960, operando-se uma definitiva ruptura. Mao prega o futuro do socialismo mundial não mais na esteira da Rússia, mas alicerçado nas forças do campesinato, lideradas pela China. Mas, para chegar a esta liderança era necessário restabelecer o crédito interno do socialismo, cuja coesão deixara a desejar nos últimos anos. Apoiado na força estratégica do EPL e em seu comandante Lin Pião, além de contar com sua indiscutível influência pessoal, Mao prepara-se para retomar o poder. O que vai se efetivar no decorrer da Revolução Cultural.

A Revolução Cultural (1966-1976)

A Revolução Cultural foi um dos acontecimentos chineses que tiveram maior repercussão no Ocidente. Muitos estudos foram feitos em torno do evento, de cunho polêmico a maioria deles, aprovando-o entusiasticamente ou censurando-o como um desvio sério do caminho para o socialismo. O que não se pode negar é que a Revolução Cultural deixa traços profundos na organização social chinesa e na sua cultura. Até meados da década de 70 os traços daquela revolução estão ainda presentes mesmo na cúpula do Partido.

A complexidade do processo, no entanto, é manifesta. Mais uma vez se trata de um desdobramento das contradições fundamentais já apontadas, que fazem avançar as forças construtivas da sociedade socialista. Podem-se perceber dois momentos neste processo. O primeiro, que é a Revolução Cultural propriamente dita, considerada uma verdadeira revolução de massas (1965-1969); o segundo caracteriza-se pelo enquadramento das forças populares pelo Partido, revigorado, que luta por reconquistar a hegemonia na direção revolucionária.

Movimento de Massas (1965-1969)

73

Este impulso revolucionário tem um cunho eminentemente urbano, não apenas em relação à sua origem mas também na condução posterior do movimento. Nasce na esteira das críticas à política de reajustamento, tem sua sustentação no EPL e se volta de forma decidida para a massificação da revolução.

As discussões que se fazem no âmbito das universidades, da imprensa e também das fábricas abrangem uma gama extensa de assuntos: o ensino que voltava ao seu formalismo inócuo, a literatura, a arte, o teatro que deveriam espelhar as realidades sociais e serem fontes de politização das massas, os hábitos cotidianos que não podiam se afogar no conformismo e na alienação. É com fúria que se combatem os "Quatro Velhos": velhos hábitos, velha cultura, velhas idéias, velhos costumes. A luta pelo desenvolvimento se propõe destruir as superestruturas remanescentes do poder burguês.

O movimento que se intensifica em 1966 encontra seu respaldo na luta pela direção política entre os dois grupos que disputam o poder. Mao Tse-tung, apoiado pelo EPL, e seu chefe, Lin Piao, que também ocupa o



Biblioteca do Complexo Siderúrgico em Shangai (cidade que sediou a Revolução Cultural).

Ministério do Exército, conseguem impor-se sobre o adversário Liu Shao-ch'i e seu grupo. A Revolução Cultural passa a ser impulsionada pela ala do Partido que se articula em torno da liderança de Mao. É necessário, diz-se, "identificar e desmascarar os agentes da burguesia infiltrados no Partido". Mas não se trata de destruir o Partido e sim de reeducar seus quadros, que são recuperáveis. Para isso são criadas as Escolas de Reeducação de Quadros do PCC, as chamadas Escolas 7 de Maio — data da carta de Mao a Lin Piao, em que apoia o movimento social iniciado e critica o ensino vigente (7 de maio de 1966). O culto a Mao chega ao seu apogeu entre 1966 e 1969.

Em agosto de 1966, o Comitê Central do Partido aprova os "16 pontos" que podem ser tomados como uma verdadeira carta de princípios da Revolução Cultural. Dentre eles ressaltem-se: combate aos "quadros revisionistas" do Partido; mobilização das massas; combate aos "desvios" dos quadros pela recuperação, crítica e autocrítica; necessidade de serem buscadas novas estruturas políticas, além do PCC; reforma do ensino e da cultura, combinando trabalho manual e intelectual; não esquecer a produção — "fazer a revolução e promover a produção"; papel relevante de Mao e do EPL, eclipsando a importância do Partido.

Fazendo frente ao Partido, criam-se várias organizações populares, dentre as quais se destacam os Guardas Vermelhos e os Comitês Revolucionários da Tríplice Aliança. Os Guardas Vermelhos, formados especialmente por jovens carregados de ideais revolucionários, se espalham aos milhares pela China, pregando as idéias de Mao e propondo a contestação implacável da ordem política existente. Os Comitês Revolucionários, formados por representantes das Novas Organizações Populares, por membros do EPL e por elementos confiáveis dos quadros do PCC, são as novas formas de organização social em vigor. A proposta de um igualitarismo social e da democracia direta é muito cara à juventude revolucionária.

O movimento radicaliza-se cada vez mais. São proclamadas algumas Comunas do Povo Chinês, que não conseguem se sustentar por muito tempo. Graves incidentes provocados pelos Guardas Vermelhos começam a ocorrer em vários pontos da China. Foi necessária a intervenção moderadora dos principais dirigentes do movimento, entre os quais Mao, para que a exaltação não atingisse dimensões incontroláveis.

Em 1968 o movimento já está canalizado para a crítica impiedosa a alguns altos dirigentes do Partido, estabilizando as lutas sociais e retomando-se o ritmo da produção. São realizados vários expurgos. Diversas conquistas são incorporadas à vida político-administrativa da China, como, por exemplo, os Comitês Revolucionários da Tríplice Aliança, as Escolas 7 de Maio para a recuperação dos quadros do Partido, a Universidade aberta a soldados, camponeses e trabalhadores, o "ir ao campo aprender com as massas", a prática da discussão política através de grandes cartazes chamados "dazibaos".

Quando o PCC se reúne no seu IX Congresso, em 1969 é dado o passo decisivo para o atrelamento da Revolução Cultural. Neste Congresso o PCC é reestruturado e ressurgue com nova força. A grande contradição entre revolução popular, de massa, e a burocratização político-partidária tende a se resolver em favor da última, que consegue domesticar o movimento que se apresentara desorganizado e espontâneo.

Enquadramento das Forças Populares (1969-1976)

O momento seguinte aos anos críticos da Revolução Cultural se caracteriza por um misto entre a institucionalização de alguns mecanismos de governo, de organização social e da produção, que haviam tomado corpo nos anos anteriores, e a tentativa de encaminhar a revolução chinesa para novos rumos:

O IX Congresso do PCC, ao consagrar e consolidar as conquistas da Revolução Cultural, estabelece praticamente um compromisso entre as duas correntes. De um lado fica estabelecido que as organizações revolucionárias de massa, os órgãos do poder de Estado, as organizações operárias e camponesas e o EPL ficam subjugados à autoridade do Partido. Por outro lado são aprovadas as bandeiras desfraldadas pela Revolução Cultural. O PCC garante, para si, a hegemonia na direção política da revolução.

O processo da vida político-partidária vai se definindo com maior nitidez nesta primeira metade dos anos 70. Mao ainda mantém-se como figura proeminente, juntamente com seu grupo, na condução dos negócios políticos, mas sua força declina. Desde 1971 já não conta mais com seu poderoso amigo Lin Piao, que caíra em desgraça, juntamente com o declínio do poder do EPL. Muitos expurgos são feitos, colocando no ostracismo os protagonistas da Revolução Cultural e reestabelecendo os quadros anteriores. A supremacia do PCC burocrático se torna patente, suplantando o que é chamado de exageros esquerdistas de Lin Piao e seus seguidores. O culto à personalidade de Mao sofre restrições.

O X Congresso do PCC define as mudanças de rumo que vinham germinando há alguns anos. É dada ênfase às tarefas da reconstrução material da China, no campo econômico. A China precisa encaminhar-se por uma acelerada modernização, aprimorando a produção industrial e agrícola, e a modernização do ensino e da cultura. Reafirmam-se os pontos positivos da Revolução Cultural. Mas, ao mesmo tempo, define-se o processo de modernização econômico-social. Para tanto, o centralismo é retomado, o produtivismo e preocupação pelo lucro e rentabilidade da empresa passam para primeiro plano. Um passo importante está por ser dado na China dos últimos anos.

5. para onde vai o socialismo na china?

A morte de Mao Tse-tung, em 1976, foi o momento esperado pelos inimigos da Revolução Cultural. A bandeira de luta se concentra no ataque violento ao Bando dos Quatro, ao qual se passa a atribuir todos os males da sociedade chinesa. Os "Quatro", entre os quais se encontra a viúva de Mao, chefiavam a Comuna de Shanghai que se distinguira pela colocação em prática dos princípios da Revolução Cultural naquilo que ela tinha de mais radical: a crítica ao Partido e a condução do processo revolucionário pela massa politicamente despertada e ativa. Colocaram a luta político-ideológica acima de qualquer outra questão.

A política seguida pelo novo grupo que se estabeleceu paulatinamente no poder, a partir de 1976, não é totalmente estranha aos embates, no interior do PCC. Não é muito diferente do enfoque que prevaleceu entre 1953-1957 e depois entre 1959-1965, com a "política de reajustamentos".

Embora seja difícil, aos observadores ocidentais, conhecer com segurança o que se passa na China nos últimos anos, os dados disponíveis nos autorizam a, pelo menos, apontar para algumas tendências mais palpáveis.

As Quatro Modernizações

A mudança de rumo pretende abranger todos os setores da vida do país. Uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo contempla os rumos da produção econômica, da participação política e da organização social. O que foi estabelecido em 1977 está sendo seguido sem interrupções até os dias de hoje. As características da nova orientação podem ser consubstanciadas nas Quatro Modernizações: da agricultura, da indústria, da cultura e da defesa.

A agricultura, como principal produção chinesa, não podia continuar com seus métodos e mecanismos primitivos. Urgia apelar para uma tecnologia mais avançada e apoiar-se na mecanização. Além do mais, a disciplina no trabalho, um sistema mais emulativo de remuneração e maior controle do trabalho individual e coletivo passam a ser metas que precisam ser atingidas. Centralização do controle das máquinas e a montagem de grandes campanhas de produção procuram incrementar a produção. A propriedade coletiva continua intocada, mas se dá grande peso à família e à equipe de trabalho como foco principal da produção.

A modernização da indústria implica a busca de tecnologia sofisticada onde for necessário. A abertura para o Exterior, importando o que for conveniente, abre o mercado. Internamente, a organização das fábricas passa a ter uma direção unificada nas mãos dos técnicos, enfraquecendo os Comitês Revolucionários de Fábrica. Regulamentos rígidos são impostos visando o aumento da produção. O lucro da empresa não é desprezado; pelo contrário, estimula-se a produção dos operários através de prêmios em dinheiro e da diferenciação salarial. E a direção é executada centralizadamente, tendo o Partido reivindicado para si a autoridade máxima.

A modernização cultural é uma decorrência das outras modernizações. Frente à necessidade de responder a questões mais intrincadas no âmbito social, político e econômico, notou-se a fraqueza de quadros altamente qualificados para o exercício de funções mais especializadas. O sistema educacional da Universidade aberta à toda a população e o caráter complementar do trabalho manual e intelectual passaram a ser severamente criticados.

Tendo em vista recuperar a qualificação cultural de quadros necessários às tarefas de desenvolvimento da sociedade chinesa, o sistema de ensino está procedendo a uma volta ao elitismo. A seleção passa pela preferência aos filiados ao Partido, à capacidade intelectual medida pelas boas notas. Colégios especializados para os jovens melhor dotados intelectualmente multiplicam-se nas grandes cidades. O critério de entrosamento entre soldado-operário-camponês ocupa um segundo plano. Mas, apesar de tudo, o sistema educacional, voltado para a população em geral, não está sendo descuidado.

A outra modernização diz respeito à defesa. O perigo da dominação estrangeira não pode ser descartado. A necessidade de reorganizar as Forças Armadas, buscando equipamentos mais sofisticados, torna-se prioritário. Volta a se dar suma importância aos militares profissionais, restabelece-se a hierarquia no Exército (que havia sido abolida em 1965).

Não há dúvida de que a política da modernização coloca em cheque todas as propostas da Revolução Cultural, transferindo o cerne das preocupações, que era a luta de classes, para os ritmos acelerados de desenvolvimento econômico.

Desmaoização — ou a Força do Partido

Outra característica dos novos tempos é o esforço que está sendo feito, especialmente a partir de 1980, para erradicar a grande força política e psicológica representada pelo culto a Mao Tse-tung. Durante muitos anos a revolução chinesa foi calcada na liderança popular incontestável daquele que foi denominado "o Grande Timoneiro". O período da Revolução Cultural, contra a qual se insurge o novo grupo de poder, encontrou sustentáculo e

unidade na figura de Mao. Entre 1976 e 1980, a luta contra o Bando dos Quatro e a implantação da política econômica das Quatro Modernizações não atacam frontalmente a memória do Grande Líder. A partir de 1980, no entanto, o cerco à lembrança de Mao se faz com maior determinação.

O processo das reabilitações coloca oficialmente no poder aqueles elementos que haviam sido expurgados e perseguidos na época da Revolução Cultural. Muitos dos homens que ainda hoje (1984) ocupam os postos mais elevados do Partido e do Governo chineses foram reabilitados em 1980. A nova cúpula, que procura dar uma direção coletiva ao Governo, é composta por nomes como: Hua Kuofeng, Presidente do PCC; Ye Xianying, Deng Xiao-ping, Li Xiannian e Chen Yun – vice-presidentes; Hu Yaobang, Secretário-geral do PCC, e Zhao Ziyang, Primeiro-ministro.

A reabilitação destes líderes e a orientação plena de sua política colocam em destaque a força do novo grupo e o declínio atual dos defensores de uma política socialista mais radical, que busca suas orientações no pensamento de Mao. Parece que a disputa atual na China se desenrola em torno destes dois grupos.

A desmaoização, que também teve seu impulso por volta de 1980, insere-se nos quadros desta disputa. As recomendações da cúpula do Partido são no sentido de diminuir o culto à personalidade, de evitar as continuadas citações de Mao e publicações oficiais de suas obras, de restringir a exposição de fotografias dos líderes da revolução. Mao não é deus, dizem. O regime quer humanizar-se.

No entanto, não se trata ainda de uma desmaoização radical. Mao continua sendo o Comandante da Grande Marcha, o herói da Revolução Chinesa, o fundador da República Popular, o Grande Timoneiro. Tanto assim que o Comitê Central afirma, em 1980, que "é preciso divulgar mais a superioridade do socialismo fundado sobre o marxismo, o leninismo e o maotsetunguismo". Sua contribuição não pode ser negada mas também seus erros não podem ser encobertos. O que efetivamente está em jogo não é a desmaoização mas a luta entre o grupo de Deng Xiaoping com as propostas dos novos rumos para a modernização da China e a corrente minoritária no Partido que não concorda com estes rumos.

O 12º Congresso do PCC, reunido em setembro de 1982, retoma oficialmente a disputa. Elimina a figura do Presidente do Partido, pois esta ligava-se à pessoa de Mao, que ocupara o cargo desde 1945. A função maior no Partido cabe agora ao Secretário-geral. Além disso, o Congresso ressalta a necessidade de um expurgo (reorganização-consolidação) no Partido com o fito de excluir aqueles que se opõem às orientações lideradas por Deng Xiaoping após a morte de Mao. Trata-se de eliminar o grupo de tendência maoísta que ainda tem penetração no Partido.

A execução do expurgo, nos últimos meses de 1983 e inícios de 1984, mostra que o prestígio dos "extremistas de esquerda", como são chamados



Deng Xiaoping, um dos quatro vice-presidentes da China (1984).

os partidários de Mao, ainda é resistente. Isto pode ser percebido pela tática utilizada pelo Comitê Central apregoando que o expurgo deve ser praticado não apenas contra a ideologia ultra-esquerdista, mas também deve-se combater principalmente as tendências de liberalização burguesa. A propaganda oficial se concentra na "poluição espiritual", ou seja, contra a influência ocidental subversiva. Além disso, o PCC determina que o expurgo deve se iniciar pelo ataque à corrupção oficial e à busca de privilégios pessoais.

O Partido conta com aproximadamente 40 milhões de membros inscritos. Destes, calcula-se que 3 milhões deverão ser expurgados. No entanto, prega-se que o expurgo deve ser feito com cautela e seriedade, para se evitar os exageros praticados no período da Revolução Cultural.

Privatização da Economia?

O que caracteriza a organização da produção chinesa a partir de 1959 é a coletivização dos meios de produção. As Comunas Agrícolas deram sinais de rentabilidade, onde a propriedade nem sequer era do Estado. Propriedade coletiva dos comuneiros, que produzem coletivamente. Nas fábricas, indús-

trias e grandes aglomerados produtivos urbanos, a participação efetiva dos trabalhadores é uma conquista da socialização chinesa.

A nova orientação argumenta que este regime social de produção tem seus entraves. Seu ritmo de produção não é satisfatório, se for seguido o parâmetro de volume de produção. Por isto, estão sendo permitidas, nos setores agrícolas, industriais e de comércio, práticas de orientação mais abertas à busca do lucro, da organização do trabalho tendo por base unidades menores e não mais as equipes de produção ou as brigadas; a propriedade particular já não é mais combatida, multiplicando-se lojistas, vendedores, donos de restaurante, e até mesmo possuidores de lotes de terra para a produção.

Quando se trata, porém, da propriedade privada dos meios de produção, a tendência é condená-la como forma de regime econômico-social. Isto ficou claro na última visita do Presidente Ronald Reagan, dos EUA, à China, quando foi censurado o trecho de seu discurso que se referia às vantagens da propriedade privada sobre a propriedade coletiva. As concepções são rigidamente controladas pelo poder estatal.

Tendências ao Consumismo?

É uma constatação que aparece com frequência entre os observadores dos costumes chineses: existe maior procura de bens de consumo, de bens duráveis, de corrida para alteração nos hábitos de vestir. O comércio está tendo um incremento apreciável.

As lojas das grandes cidades começam a ter um movimento antes inimaginável. Salários maiores e os padrões de vida mais elevados começam a influir decisivamente na qualidade e na quantidade dos produtos consumidos. Assim é possível se perceber a criação de modismos e de modas que forcem os responsáveis pelo equilíbrio do mercado a planejar estoques de acordo com a demanda.

Dentre os itens das modernizações, incentivaram-se a indústria leve e a produção de bens de consumo, destinados especialmente à exportação para obtenção de divisas. Como efeito secundário, inicia-se a procura de artigos importados, japoneses e americanos, especialmente. Ainda, devido à liberalização da moda, rígida e sóbria no período da Revolução Cultural, o consumo de roupas mais variadas e de melhor qualidade tende a crescer constantemente.

A tendência ao aumento vertiginoso do consumo encoraja alguns analistas ocidentais a verem no fenômeno um fracasso da política de austeridade socialista e a constatação de uma enraizada necessidade dos homens de buscarem no consumo uma das realizações de sua existência. Para outros, esta tendência não passa de uma etapa necessária e, portanto, prevista, do sistema político-econômico do socialismo. O crescimento do poder aqui-



A nova moda chinesa.

sitivo da população é visto como um dado altamente positivo das conquistas do regime socialista, que terá como consequência uma maior demanda de bens de consumo. O que deve ser feito é a tentativa de evitar, por todos os meios, o consumismo deletério das sociedades capitalistas, onde o consumo se torna obsessão e escraviza a vida das pessoas. É um desafio a ser enfrentado, ao qual não pode fugir a melhoria geral da produção e das relações de produção no regime socialista.

Relações com o Mundo

A abertura para o mundo exterior é uma necessidade que se impõe à China e foi por ela sentida desde os inícios da década de 70. Ultrapassando o período de construção ou reconstrução da nação chinesa, em que se optou por confiar apenas nas próprias forças, a China começa a se abrir para o Ocidente. Esta abertura não foi, porém, sem relutâncias e cercada de redobrados cuidados. Os dirigentes chineses não podiam esquecer os sofrimentos de sua história de dominação estrangeira (ver cap. 2), nem os perigos de ver a grande massa dominada pelos grupos opressores interno (ver cap. 3).

Cautelosamente inicia seus contatos com os EUA, primeiro recebendo a visita do Presidente Nixon em 1971 e, depois, em 1979, reatando relações diplomáticas. Com os outros países há também aberturas, mas elas têm permanecido muito tênues e desconfiadas.

Atualmente, nos anos 80, a China se abre mais agressivamente para os países capitalistas. Existe a convicção de que, sem a cooperação de capital estrangeiro e de conhecimentos tecnológicos mais avançados, a China não conseguirá superar suas próprias limitações. As visitas de chefes de governos estrangeiros à China se multiplicam. Japão, Estados Unidos, Alemanha e outros países se apressam, por sua vez, em estreitar relações com a China, a fim de garantir sua parcela de mercado. O mundo capitalista está consciente do que significa mais de um bilhão de consumidores, especialmente quando a China conseguir elevar significativamente o poder aquisitivo de seus habitantes.

A última viagem do Presidente dos EUA à China (abril de 1984) manifesta bem a importância deste país para o mundo capitalista. Embora discordando radicalmente da política chinesa — Reagan é um anticomunista ferrenho — enfrentando mesmo os humores do conservadorismo norte-americano, o representante mais categorizado do capitalismo vai em busca de



Abertura para o Ocidente...

"cooperação pacífica e desenvolvimento econômico". O Brasil se faz presente, por sua vez, com a ida de seu Presidente, em junho de 1984, para ampliar suas relações comerciais.

83

A tensão entre Rússia e China, apesar de tentativas de distensão, ainda permanece. É sabido que as relações entre os comunistas chineses e russos raramente se estreitaram. Os desentendimentos cresceram ainda mais no período de Mao, quando a Rússia foi considerada o principal inimigo do socialismo, devido ao seu expansionismo imperialista. Os pontos de atrito continuam: tropas russas na fronteira e mísseis SS-20 apontados para a China; o apoio russo à intervenção vietnamita no Camboja; a ocupação soviética do Afeganistão. Apesar de todos estes perigos, o governo chinês está propenso a trabalhar pela diminuição das tensões. As vantagens são evidentemente recíprocas.

Assim, neste jogo entre três mundos, em que os EUA e a Rússia são combatidos pela China, mas ao mesmo tempo se requisitam mutuamente, mantém-se um equilíbrio instável na ordem internacional.

O povo chinês continua a merecer a simpatia e a admiração dos povos do mundo inteiro. Através de sua história, viveu humilhações, sofreu imposições de toda ordem, viu seus filhos morrerem de fome, consumidos por inimigos mais poderosos. Mas soube também se insurgir, se revoltar, não sucumbindo às derrotas. Finalmente, após mais de 20 anos de guerra externa e interna, conseguiu impor uma Revolução que aboliu da China os dois ferozes inimigos: a opressão externa e a exploração interna. Outras contradições virão. Outras superações também.

bibliografia

- ARARIPE, Oscar. *China, hoje – o pragmatismo possível*. Rio de Janeiro, Ed. Artenova S.A., 1974.
- BETTELHEIM, C. e outros. *A construção do socialismo na China*. Porto, Portucalense Ed., 1971.
- BEAUVOIR, Simone de. *A Longa Marcha*. Trad. Alcântara Silveira. São Paulo, IBRASA, 1957.
- BODINO, M. e PASTENGO, C. (org.). *Mao Tse-tung*. São Paulo, Ed. Melhoramentos. Série Pró e Contra – o julgamento da História, 1975.
- BURCHETT, Wilfred. *China, outro modo de viver*. Lisboa, Publ. Europa-América, 1976. Col. Estudos e Documentos, n° 104.
- CHASSIN, L. M. *Assim Mao conquistou a China*. Trad. de Bonelli, il Borghese, 1966.
- CHESNEAUX, Jean-Bastid. *Mouvements populaires et sociétés secrètes en Chine au XIX^e et XX^e siècles*. Paris, Maspero, 1970.
- CHESNEAUX, Jean. *Les sociétés secrètes en Chine au XIX et XX siècles*. Paris, Archives, 1965.
- CHESNEAUX, Jean. *Les mouvements paysan chinois – 1840 1949*. Paris, Ed. Du Seuil, 1976 (original inglês, 1973).
- DEUTSCHER, Isaac e outros. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro, ZaharEd., 1969.
- GARAUDY, Roger. *O problema chinês*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1968.
- HENFIL. *Henfil na China: antes da Coca-cola*. Rio de Janeiro, Codecri, 8ª ed., 1981.
- MAO TSE-TUNG. *Citações do Presidente Mao Tse-tung*. Trad. Clecy Ribeiro. Rio de Janeiro, José Álvaro Ed., 1967.
- MARTINET, Gilles. *Os cinco comunismos*. Publicações Europa-América, s.l.p. Coleção Estudos e Documentos, n° 75.
- MALRAUX, André. *Os conquistadores*. Trad. de Adelina dos Santos Rodrigues, s.l.p. Publicações Europa-América, 1975. Coleção Livros de Bolso, n° 103.
- MALRAUX, André. *A condição humana*. Trad. de Jorge de Sena. Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 1958.
- MORA VIA, Alberto. *A Revolução Cultural Chinesa*. Publicações Europa-América, s.l.p. Coleção Estudos e Documentos, n° 58.
- MUYLAERT, Roberto. *China, Chá e Cheng – reportagem*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.
- NEE, Victor. *A Revolução Cultural na Universidade de Pequim*. Trad. Eduardo Saló. Lisboa, Publicações Dom Quixote, s.d.p. (original inglês 1969).
- PINSKI, Jaime (org.). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- PISCHEL, Enrica Cplloti. *História da Revolução Chinesa: I – As Origens da Revolução*. Trad. Sampaio Marinho. S.l.p., Publicações Europa-América, 1976. Coleção Saber, n° 104.
- . *História da Revolução Chinesa: II – A Revolução em Marcha*. Trad. Sampaio Marinho. S.l.p., Publicações Europa-América, 1976. Coleção Saber, n° 105.

- _____. *História da Revolução Chinesa: III – A Vitória da Revolução*. Trad. Sampaio Marinho. S.l.p., Publicações Europa-América, 1976. Coleção Saber, nº 106.
- REIS FP, Daniel Aarão. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. Col. Tudo é História, nº 5.
- _____. *A construção do socialismo na China*. São Paulo, Ed. Brasiliense. 1981. Col. Tudo é História, nº 27.
- ROBINSON, Joan. *A Revolução Cultural na China*. Trad. Fernando Hermenegildo, Ed. * Ulisseia, 1969.
- SADER, Eder (org.). *Mao Tse-tung*. São Paulo, Ed. Ática, 1982.
- SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-tung*. S.l.p., Publicações Europa-América. Col. Estudos e Documentos, nº 58.
- SNOW, Edgar. *A Longa Revolução*. Trad. Álvaro de Figueiredo. Lisboa, Publicações Dom Quixote, s.d.p. (ed. inglesa 1972).
- STUDART, Heloneida. *China: o Nordeste que deu certo*. Rio de Janeiro, Ed. Nosso Tempo, 2ª ed., 1979.
- TISSIER, Patrick. *Deux modeles d'avant-garde dans la construction du socialisme en Republique Populaire de Chine: Taking – pour Vindustrie. Tatchai – pour Vindustrie*. Paris, NBE, Paris Cedix, 14, 1975.

cronologia

- 1644-1912 – Dinastia Ching, de origem Mandchu.
- 1840-42 – Guerra do Ópio. Ofensiva da dominação estrangeira na China.
- 1845-60 – Revolta dos Taipings.
- 1858-60 – Institucionalização da dominação estrangeira na China.
- 1880 – 1º Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Governo Imperial da China e o Governo Imperial do Brasil.
- 1884-85 – Guerra franco-chinesa.
- 1894-95 – Guerra nipônico-chinesa.
- 1894-1912 – Movimento republicano, contra a Dinastia Ching.
- 1900 – Revolta dos Bóxers.
- 1904 – Guerra russo-japonesa.
- 1911 – Início da Revolução republicana.
- 1912 – República Chinesa – Sun Yat-sen, presidente.
– Fundação do Partido Nacional do Povo, o Kuomintang.
- 1913 – Golpe de Estado – General Yuan Che-kai dissolve o parlamento e suprime o Kuomintang.
- 1916-27 – República dos senhores da guerra.
- 1919 – Fundação da III Internacional, para coordenar o movimento revolucionário em todo o mundo.
– Reorganização do Kuomintang.
- 1921 – Fundação do Partido Comunista Chinês.
- 1923 – O PCC entra no Kuomintang (aliança).
- 1925 – Morre Sun Yat-sen.
- 1927 – Massacre de Shanghai (Chiang Kai-shek contra comunistas).
- 1927-35 – República do Kuomintang.
- 1928 – Início das invasões japonesas.
– Kuomintang combate o movimento social urbano.
- 1928-34 – Kuomintang combate o movimento social rural. – Mao Tse-tung.
- 1930 – Sublevações nas cidades. Fracasso.
- 1934-35 – A Longa Marcha.
- 1935 – Conferência de Zunyi – domínio da linha de Mao.
- 1937 – Frente Única contra japoneses. Japão se lança contra a China.
- 1937-45 – Guerra nacional contra o Japão.
– As duas Chinas: China Livre, do Kuomintang.
China Vermelha, dos Comunistas (Yenan).

- 1941 — Japão ataca Pearl Harbour. Aliados contra o Japão.
- 1943 — Dissolução da LU Internacional Comunista.
- 1943 — Conferência de Yalta.
- 1945 — VII Congresso do PCC — Reorganização do PCC.
Término da guerra na Europa. Capitulção do Japão.
Conferência de Potsdam.
- 1946-49 — Guerra civil na China: Kuomintang contra PCC.
- 1949 — Proclamação da República Popular da China. Mao Tse-tung
(1.º Out.) Presidente da República. Triunfo da Revolução Socialista.
Chiang Kai-shek se refugia na ilha de Formosa. China Nacio-
nalista.
- 1949-52 — Eliminação dos contra-revolucionários.
- 1950 — Leis: da Reforma Agrária — do Casamento — da Organização
Sindical Urbana.
- 1950-53 — Guerra da Coréia.
- 1951 — Movimento dos Três Anti.
- 1952 — Movimento dos Cinco Anti.
- 1953 — Morte de Stalin.
- 1953-57 — 1.º Plano Quinquenal.
- 1955 — Conferência afro-asiática de Bandung — aspirações do Ter-
ceiro Mundo.
- 1956-68 — Aprofundamento das divergências entre PC russo e PC chinês
e entre Governo da RPC e da URSS.
- 1956 — XX Congresso do PC Russo. Condenações de Stalin.
- 1957 — Movimento das Cem Flores.
- 1958 — Grande Salto Para a Frente. Comunas Populares.
- 1959-65 — Política de Reajustamento.
- 1960 — Radicalização das divergências entre China e Rússia.
- 1962-65 — Disputas internas pela direção da revolução na China.
- 1964 — China fabrica sua bomba atômica.
- 1965-76 — Revolução Cultural.
- 1968 — Conflitos de fronteira Rússia-China.
- 1969... — Guerra fria entre Rússia-China.
- 1969 — IX Congresso do PCC. Reorganização do Partido.
- 1971-72 — Visitas de Kissinger e Nixon (EUA) à China.
- 1971 — China entra na ONU.
- 1971-73 — Mudanças de rumo em relação à Revolução Cultural.
- 1973 — X Congresso do PCC. Rússia declarada principal inimiga da
China. China busca alianças no 2.º e no 3.º Mundos.
- 1976 — Morrem: Mao Tse-tung e Chou En-lai. As Quatro Moderni-
zações. Busca de desenvolvimento acelerado. Campanha con-
tra o Bando dos Quatro.

- 1977 – XI Congresso do PCC. Retorno de Teng Chiao-ping e dos expurgados pela Revolução Cultural. Críticas à Revolução Cultural e a Mao Tse-tung.
- 1979 – EUA reatam relações diplomáticas com a China.
- 1980 – Combate ao Culto da Personalidade — Desmaoização.
- 1982 – XII Congresso do PCC. Extinta a figura do Presidente do PCC. Expurgos no Partido.
- 1983-84 – Continuam os expurgos contra esquerdistas, corruptos e burgueses.
- 1984... – A China amplia contatos comerciais com o Ocidente. Reagan (EUA), Nakasone (Japão), Figueiredo (Brasil), etc... visitam a China, com fins comerciais.

discutindo o texto

1. Conceituar Revolução Chinesa.
2. Dê as razões do pequeno índice de migração interna na China atual.
3. Como foi resolvida a questão da saúde pública? Quais os resultados?
4. Para superar a miséria da população chinesa que medidas prioritárias foram adotadas no início da República Popular Chinesa?
5. Caracterize as Comunas Agrícolas destacando a importância do Estado como elemento motivador da organização da produção.
6. Explique a descentralização política analisando o poder dos Comitês Revolucionários.
7. Qual a consequência para a economia chinesa da adoção do *slogan*: "andar com suas próprias pernas"?
8. Relacione a Revolução Cultural com a vitória do socialismo.
9. Estabeleça a diferença entre a dominação européia na China e a dominação européia na América e África.
10. Como a Guerra do Ópio pode ser colocada como ponto de partida para a abertura da China ao imperialismo ocidental?
11. Considerando as contradições internas e os interesses das classes dominantes explique as razões do fracasso das tentativas de resistência à dominação estrangeira, ensaiada pelos dirigentes chineses.
12. Qual o significado econômico e cultural da "política de portas abertas"?
13. Por que as mudanças propostas pela elite dirigente, no início do século XX, foram reformistas e não revolucionárias?
14. Caracterize a composição do poder no início da República Popular.
15. Identifique a composição das novas forças sociais e políticas que surgiram no início da República Popular em oposição às tradicionais.
16. Qual a repercussão, para a China, da Conferência de Versalhes?
17. Caracterize a política do Kuomintang, tanto interna como externa, durante as quatro primeiras décadas da República.
18. Analise a guerra dos Taipings considerando o papel histórico do campo e das sociedades secretas.
19. Qual a diferença básica entre a estratégia revolucionária do PC russo e a do PC chinês? Justifique sua resposta.
20. Em que medida a guerra contra o Japão criou condições para a vitória da Revolução Socialista?

21. Como ocorreu a formação da "China Vermelha" em oposição à "China Livre"? Quais as diferenças fundamentais tanto no plano da política interna quanto no plano da política externa?
22. Relacione as principais medidas adotadas pelo governo socialista, visando a reconstrução da China, identificando os aspectos que concorreram para o aumento da produtividade e para o estabelecimento do modo socialista de produção.
23. Explique os pontos divergentes entre o PCC e o EPL.
24. Como os princípios da Revolução Cultural foram absorvidos pelo PCC?
25. Quais as medidas adotadas pelo governo chinês após a morte de Mao Tse-tung? Onde elas contrariam o programa da Revolução Cultural?
26. Em que medida as propostas das 4 modernizações se opõem às diretrizes da Revolução Cultural?
27. Como o PCC conseguiu "enquadrar" as forças populares que emergiram na Revolução Cultural?
28. Explique a importância e o significado do tripé: soldados-camponeses-operários na Revolução Chinesa.
29. Comente o tratamento dado aos camponeses e soldados no período de guerrilhas, nas zonas vermelhas (as Três Regras de Disciplina e os Oito Pontos de Relevância).
30. Destaque a importância e o significado da Longa Marcha para a história da Revolução Chinesa.
31. Compare as atitudes dos camponeses em relação aos três exércitos em guerra: Exército Vermelho — Exército do Kuomintang — Exército dos japoneses.
31. A China caminha para a ocidentalização de seus costumes?
32. Como explicar a política de fechamento da China sobre si mesma, após o início da Revolução Popular (1949)? Qual o sentido da atual abertura para o capital estrangeiro?
33. Até que ponto o estudo da Revolução Popular Chinesa ajudou você a conhecer melhor o mundo? Para que serviu o estudo da Revolução Chinesa?

coleção discutindo a história

volumes já publicados

- o escravismo antigo
mario josé maestri filho
- o feudalismo
paulo miceli
- o renascimento
nicolau sevckenko
- os povos que os europeus encontraram
enrique peregalli
- o surgimento das nações
leon pomer
- a revolução industrial
leticia bicalho canêdo
- a formação da classe operária
paul singer
- a formação dos estados unidos
nancy priscilla s. naro
- a formação das nações latino-americanas
maria ligia prado
- o imperialismo
héctor bruit
- a descolonização da ásia e da áfrica
leticia bicalho canêdo
- a primeira guerra mundial
luiz cesar b. rodrigues
- a revolução chinesa
holien gonçalves bezerra
- a segunda guerra mundial
antonio pedro
- a guerra fria
edgard luiz de barros
- o oriente médio
isaac akcelrud

próximos lançamentos

- as primeiras civilizações
- as revoluções burguesas
- o colonialismo
- a revolução russa
- as revoluções na américa latina
- a contra-revolução na américa latina:
o povo distante do poder
- a áfrica contemporânea
- o futuro do mundo



discutindo
a história